



Preâmbulo





PREÂMBULO

Este trabalho, da responsabilidade da AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria divide-se em duas partes:

- 1) Carta Magna da Competitividade e
- 2) Relatório sobre a Competitividade e pretende ser, mais do que um documento sobre competitividade, um instrumento de orientação e de acompanhamento virado para a acção, focando questões de grande relevância para a melhoria da competitividade em Portugal.

A **Carta Magna da Competitividade** compreende dois pontos fundamentais:

- A **visão estratégica** tem o propósito de concentrar e mobilizar as atenções de forma constante para que em Portugal exista um enquadramento político e económico “amigo” da competitividade, o que passa por: (1)- estabelecer prioridades a nível do posicionamento e das alianças estratégicas nacionais; (2)- pela assunção de um novo modelo económico e (3)- pela referência aos recursos essenciais.
- Os **grandes objectivos e princípios orientadores** ao nível das estratégias empresariais e das políticas públicas representam escolhas (por vezes difíceis) entre opções válidas em termos de competitividade, com a finalidade de estabelecer prioridades de actuação para os “agentes” privados e públicos.

O Relatório sobre a Competitividade:

- Inclui diversos indicadores sobre competitividade em Portugal comparada com um conjunto de parceiros internacionais (benchmarking). Esse Relatório programático consiste na análise de cada um desses indicadores (enquadramento) com uma metodologia comum e na definição de objectivos sobre a evolução desses indicadores em termos comparados e, sempre que possível, em termos absolutos.
- O Relatório estabelece, finalmente, uma metodologia de **avaliação periódica da performance** em matéria de competitividade incluindo **propostas de intervenção** ao nível das políticas e das práticas, dirigidas aos decisores privados e públicos.



Carta Magna da Competitividade



VISÃO ESTRATÉGICA

Fazer de Portugal, nos próximos dez anos, um dos dez países mais desenvolvidos e atractivos da União Europeia.

O futuro de Portugal depende da capacidade de conjugar, a diversos níveis, os desafios e vantagens decorrentes da sua participação na UE com as oportunidades que podem resultar do desenvolvimento das suas relações extra comunitárias, em particular com os EUA e com os países da CPLP.

O novo modelo económico (no contexto da União Europeia e da Globalização) deve ter um enquadramento mais flexível e privilegiar o desenvolvimento e modernização dos sectores produtores de bens transaccionáveis, (produtos e serviços susceptíveis de concorrência nos mercados interno e externo) desejáveis nos mercados externos em virtude das suas características de inovação, tecnologia e valor.

O factor humano qualificado, culto e motivado; a produção científica e tecnológica organizada e o acesso rápido, fácil e barato ao mundo através das telecomunicações, de sistemas de informação e transportes, são os recursos essenciais.

A criação de vantagens competitivas nos mercados europeus tradicionais e a diversificação das relações comerciais e de investimento impõem relações mais intensas da economia e do sistema científico e tecnológico com mercados e parceiros exigentes.

Em suma,

um forte empenho da sociedade portuguesa na economia do conhecimento, baseado num crescimento sustentado, na qualidade e na inovação e orientado para aumentos significativos da produção de bens e serviços transaccionáveis.



Grandes Objectivos e Princípios Orientadores

- . Novas Estratégias Empresariais
 - . Políticas Públicas



NOVAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

1. Melhorar a relação de troca da economia portuguesa com o exterior, através da valorização dos recursos humanos, da pedagogia da responsabilidade, da ambição de excelência nas empresas e do relacionamento com parceiros e mercados exigentes.
2. O acesso à excelência e à competitividade empresariais, compreende não fazer hoje aquilo que as empresas europeias fizeram há vinte ou trinta anos, mas fazer aquilo que as empresas europeias ainda não fizeram.
3. Transformar atrasos e constrangimentos históricos em oportunidades para a competitividade, antecipando as inovações e as mudanças mais rapidamente do que os concorrentes, através da análise das necessidades das pessoas e dos movimentos das sociedades.
4. A internacionalização, como condição para a competitividade das empresas, compreende o crescimento exponencial dos fluxos comerciais entre Portugal e o exterior e depende da capacidade de orquestrar as maiores oportunidades e os melhores recursos, estejam onde estiverem.
5. É determinante subir na cadeia de valor, através da integração de competências, próprias ou alheias, em produtos finais, desejáveis nos mercados externos, com a melhor relação entre o investimento e o valor acrescentado por recurso a empresas, portuguesas e estrangeiras, integradoras das capacidades nacionais.
6. A competitividade das empresas dependerá, cada vez mais, da qualidade dos seus produtos, crescentemente mais individualizados, com forte componente de serviço, entregues em pequenas quantidades, ou até individualmente, com grande rapidez, nos mercados mais exigentes.
7. O sucesso comercial e o reconhecimento internacional das empresas, dos produtos e das marcas, é o resultado natural da



forte diferenciação e da elevada percepção do valor dos produtos e do serviço correspondente; o controle de canais de distribuição pode ser uma vantagem importante neste processo de afirmação de marcas e produtos nacionais.

8. Passar da fase de processo/produção para a fase da engenharia do produto/concepção.
9. Focalizar a atração de IDE em empresas de média dimensão, ainda não presentes na Europa, e em particular, na Península Ibérica, detentoras de novos produtos, tecnologias, serviços ou mercados que, preferencialmente, aproveitem a capacidade nacional instalada.
10. Ultrapassar a fase de “arquipélago” que caracteriza a actuação das empresas no seu relacionamento e desenvolver verdadeiras redes de partilha de informação e de capacidades entre empresas e entre estas e outros parceiros (universidades, centros de investigação e tecnologia, etc).



POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Adaptar os sistemas de educação e de formação às exigências da sociedade do conhecimento; desenvolver um sistema de formação profissional contínua (life learning) tendente ao reforço da produtividade do trabalho, da competitividade das empresas e da melhoria real das remunerações dos trabalhadores incluindo a partilha dos benefícios alcançados.
2. Consolidar as despesas públicas; reduzir a carga fiscal e para fiscal sobre as empresas, favorecendo a sua capitalização; canalizar o investimento público para projectos com valor acrescentado indiscutível.
3. Apoiar financeiramente projectos que se enquadrem nas novas estratégias empresariais e na produção de bens culturais; minimizar as falhas de mercado no financiamento de “start ups”, de activos intangíveis e de reestruturação de empresas.
Majorar os apoios concedidos sempre que os projectos também contribuam para uma distribuição de actividade empresarial regionalmente mais equilibrada.
4. Melhorar o enquadramento legislativo, eliminando a regulamentação desnecessária; simplificar os processos administrativos e generalizar regras de auditoria de boas práticas dos serviços da Administração Central, Regional e Local.
5. Melhorar o funcionamento do sistema da Justiça com o objectivo de assegurar na prática e em tempo útil o cumprimento dos contratos e a segurança da vida económica.
6. Melhorar a flexibilidade do mercado de trabalho, relativamente aos padrões dos nossos principais concorrentes no âmbito comercial e de IDE; promover o espírito empresarial e a promoção da excelência no meio laboral.
7. Implementar uma política de tratamento dos resíduos industriais e, de um modo geral, adoptar uma posição realista (não



maximalista) na definição dos objectivos das políticas ambientais, considerando, conjuntamente, os efeitos ambientais, económicos e sociais.

8. Criar condições para o acréscimo do investimento privado no processo de inovação e para o desenvolvimento de projectos originais com parceiros internacionais exigentes; reforçar a cooperação e a coordenação entre empresas e instituições públicas de investigação tecnológica.
9. Assegurar uma concorrência efectiva a nível Nacional e, em particular, nos mercados da energia e das telecomunicações; promover a disponibilidade generalizada do acesso à Internet em banda larga a preços competitivos; dotar o país de infra-estruturas de transportes que contribuam para uma maior centralidade.
10. Garantir a sustentabilidade do sistema de Segurança Social, reduzindo os encargos suportados pelos empregadores; melhorar a eficiência do sistema e erradicar situações de fraude e abuso.



Relatório Sobre a Competitividade



ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

1. É importante ter em consideração que a alteração do perfil produtivo da economia portuguesa em direcção às actividades do futuro estará balizado pelas forças motrizes e pelos focos de competição que se pensa estarem a estruturar a economia mundial. Desde logo, a **emergência de grandes economias**, tais como a China, a Índia e mesmo, a prazo, a Turquia e a Rússia. Todas estas economias vão qualificar quantidades maciças de população jovem e necessitar de importar volumes cada vez maiores de energia.

Em segundo lugar, a **inovação tecnológica e a aplicação extensiva das novas tecnologias**, por via do desenvolvimento de novas aplicações e funcionalidades das actuais tecnologias emergentes e da sua fertilização cruzada, designadamente das TIC's, das Tecnologias da vida, das Tecnologias Energéticas limpas, das Tecnologias dos Materiais e das Micro-engenharias.

Em terceiro lugar o **envelhecimento das populações** que vai ter implicações profundas na dinâmica da procura, nas poupanças e na disponibilidade de qualificações e competências para participar no desenvolvimento e difusão das tecnologias mencionadas. Por último, a **valorização do Ambiente**, cuja relevância económica, social e política é crescente, sobretudo se tivermos em conta a Conferência do Rio e o Protocolo de Kyoto. Daqui decorrem fortes pressões no sentido da redução da intensidade dos combustíveis fósseis e numa gestão mais criteriosa dos recursos hídricos. Da interacção destas quatro forças motrizes deverão resultar três grandes focos de competição:

- i) **competição pelas qualificações**, decorrente da interacção entre a dinâmica de difusão e clusterização das tecnologias e o envelhecimento da população activa nos países desenvolvidos;
- ii) **competição pelas energias**, decorrente da interacção entre a emergência das grandes economias e os imperativos ambientais;
- iii) **competição pelas poupanças**, como consequência da interacção das quatro forças motrizes mencionadas, de que resultará uma disputa pelo acesso ao "pool" mundial de poupanças e à sua afectação aos investimentos. Deste quadro



resultam importantes consequências e, sobretudo, desafios para a economia e a sociedade portuguesas, nomeadamente em matéria de **inovação, sociedade da informação, ambiente, modelos de negócio e cultura de gestão, captação de poupanças e de IDE, na fixação de talentos e na qualificação dos recursos humanos, gestão energética.**

2. Acresce que a competitividade e a coesão da economia portuguesa, enquanto matriz estrutural do seu funcionamento e relacionamento externo, emitem sinais preocupantes. Entre outros relevam-se a perda de atractividade de Portugal como destino do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), agravado ainda pelo surgimento de sinais bem visíveis de deslocalização dos investimentos baseados em actividades trabalho intensivas pouco qualificadas e alicerçadas em modelos de negócio visando alcançar uma forte competitividade focalizada nos custos. Sucede que o alargamento da União Europeia a mais dez países pode vir a agravar esta situação. Atente-se que esses países oferecem, muitos deles, condições de atractividade superiores às que Portugal oferece. Efectivamente, apresentam, de uma forma geral, um patamar de qualificações e competências relativamente mais elevados, a par de níveis salariais significativamente mais baixos. O facto de possuírem padrões de especialização da sua indústria similares ao nosso e estarem situados no coração da Europa - e dos principais mercados -, que tende a recentrar-se a Leste, só os beneficia. Por sua vez, as nossas exportações apresentam um comportamento modesto, ainda que crescendo um pouco mais do que a deprimida procura interna ficam aquém do comportamento das exportações de vários países europeus de média e pequena dimensão. Aliás, refira-se que o peso das exportações portuguesas no PIB mantém-se praticamente inalterado desde 1995 .
3. Acresce que os indicadores de competitividade para o período 2000-2002, traduzidos na relação entre a remuneração por trabalhador e a produtividade, demonstram que os custos unitários do trabalho em Portugal cresceram, em termos médios anuais, acima da generalidade dos restantes países da União Europeia. Importa ainda realçar que, em termos de competitividade e de coesão, se assiste a uma crescente



separação das condições de funcionamento da economia “virada para dentro”, situada predominantemente no sector dos bens não transaccionáveis, onde se verifica uma bastante maior subida dos custos relativos do trabalho devido a um menor crescimento da produtividade e às actualizações salariais mais elevadas, ao passo que na economia “virada para fora”, sobretudo situada no sector dos bens transaccionáveis, os preços relativos das actividades crescem significativamente menos. Refira-se que na década de noventa, a dinâmica da indústria transformadora portuguesa foi menos importante do que a da economia em geral, tendo, inclusivamente, crescido menos do que a média da UE. No mesmo sentido, se atentarmos no facto do crescimento da produtividade do conjunto da economia na década de noventa ter sido sempre superior ao da média da UE, enquanto que na indústria transformadora se situou abaixo da média europeia, torna-se evidente que se está a perder terreno nos sectores transaccionáveis. Esta tendência é particularmente perigosa para o crescimento e o financiamento da nossa economia a longo prazo, tanto mais que, paralelamente, se assiste a um défice persistente e duradouro sem precedentes – e insustentável a prazo - da nossa balança de bens e serviços.

- 4 . Por sua vez, a União Europeia, na sequência da estratégia de Lisboa tem vindo a desenvolver a *Carteira de Indicadores da Inovação* cujos resultados foram publicados em 2001 e 2002. Uma análise global dessa carteira indica-nos que os valores dos indicadores sobre qualificação de recursos humanos, criação de conhecimento novo, transmissão e aplicação de novos conhecimentos e financiamento da inovação, produtos e mercados são, em regra, inferiores em pelo menos 20% à média europeia. Outras carteiras de indicadores, elaborados por reputadas instituições internacionais, como o IMD, numa lógica de *benchmarking*, colocam-nos em posições pouco satisfatórias, remetendo-nos para a cauda da Europa na maior parte dos indicadores de competitividade, nomeadamente no que se refere à performance económica, à eficiência governativa, à eficiência empresarial e ao grau de acessibilidade a infra-estruturas de carácter científico, cultural e social. É esta situação que queremos alterar construindo uma economia mais sólida e competitiva.



Em conclusão, Portugal não progride substantivamente a nível das exportações, apresenta níveis de eficiência comparativamente baixos nos principais indicadores de competitividade, não conseguindo consolidar um conjunto de aspectos importantes para o seu progresso interno ao nível de infra-estruturas, designadamente no que concerne à educação, à formação, à iniciativa empresarial, com a agravante de ter de enfrentar o desafio do alargamento numa posição pouco confortável. Significa também que, no actual contexto da concorrência global e do alargamento da UE, não há no presente e muito menos no futuro espaço para actividades não qualificadas centradas no baixo custo do trabalho. Em qualquer caso, este modelo de especialização nunca seria compatível com a legítima aspiração dos portugueses de uma melhoria sustentada da sua qualidade de vida.



Indicadores de Input

Custos Laborais
Preços e Custos
Fiscalidade
Educação e Formação
Sociedade da Informação
Transportes
Ambiente e Energia
Capital; Investimento
I&D e Inovação
Produtividade



Países

GRÉCIA	POLÓNIA	EUA
ESPAÑA	HUNGRIA	COREIA
IRLANDA	REPÚBLICA CHECA	
ALEMANHA	ESLOVÁQUIA	UE - 15
REINO UNIDO	ESLOVÉNIA	PA - 10
FRANÇA		
ITÁLIA		
PORTUGAL		
PAÍSES BAIXOS		
FINLÂNDIA		
DINAMARCA		



CUSTOS LABORAIS

■ CUSTOS UNITÁRIOS NOMINAIS DO TRABALHO, TOTAL DA ECONOMIA

Definição

Rácio entre a remuneração por trabalhador (inclui encargos sociais do empregador) e a produtividade por trabalhador, a preços correntes. Apresenta-se a taxa de variação média anual no período 2000-2002.

Enquadramento

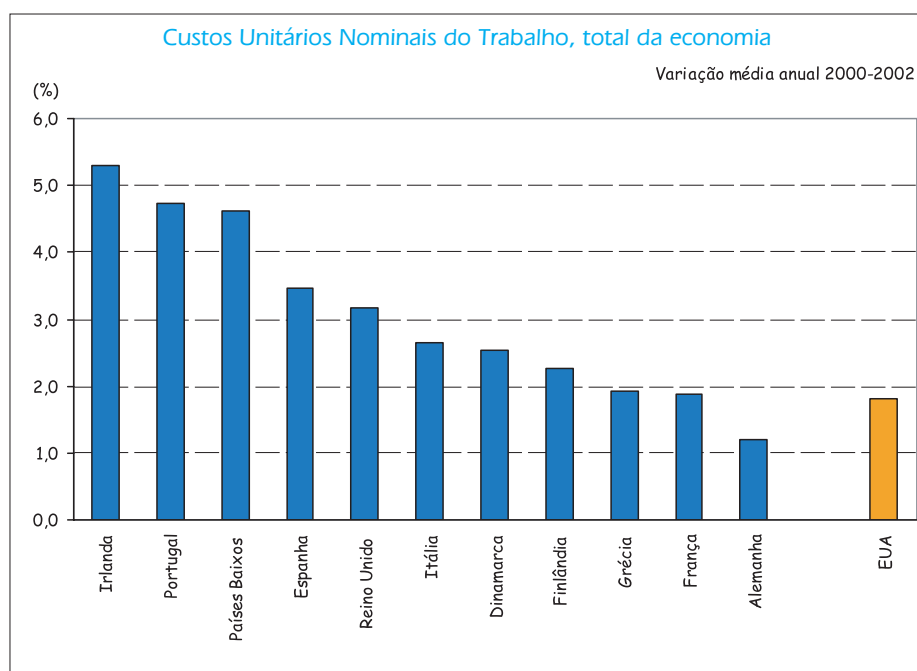
No período 2000-2002 os custos unitários do trabalho em Portugal cresceram, em termos médios anuais, acima dos restantes países da UE considerados, com excepção da Irlanda.

Numa união monetária como a área euro, os aumentos de custos superiores aos verificados nos restantes parceiros conduz à deterioração da capacidade concorrencial baseada nos preços, dos bens e serviços portugueses.

Objectivos

Aumento dos custos unitários do trabalho no total da economia inferiores aos verificados nos principais parceiros.

O ritmo de crescimento da produtividade deverá ser determinante na evolução salarial.



Fonte: Price and Costs Competitiveness, CE DG ECOFIN



PREÇOS E CUSTOS

PREÇOS DE GÁS - INDÚSTRIA

Definição

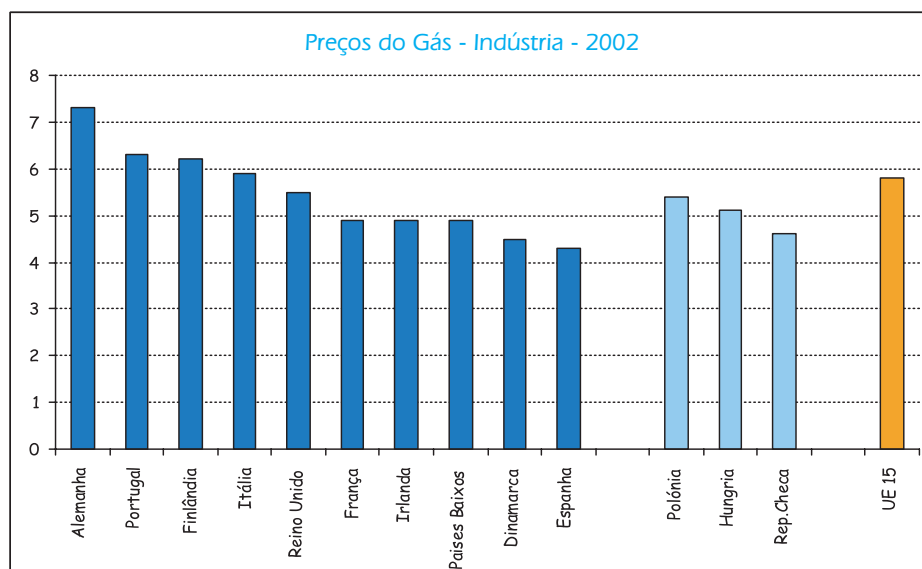
Preço de gás natural por Gigajoule, em euros, sem impostos, para os consumidores industriais da categoria-padrão de consumo I3-1, a que corresponde um consumo anual de 41860 GJ e um factor de carga de 200 dias (1600 horas), em 2002.

Enquadramento

Em Portugal, o preço médio do gás natural para a indústria é o 2º mais elevado da UE15. Trata-se de um mercado recente em Portugal, apesar de nalgumas indústrias representar já um peso significativo. Este mercado beneficia, assim, de uma estrutura de oferta nova em termos empresariais, não estando os preços de retalho ainda inseridos numa lógica concorrencial que a implementação do mercado interno do gás exigirá.

Objectivos

Reduzir substancialmente até 2006, data da conclusão do Mercado Ibérico da Electricidade, o actual diferencial de preços relativamente aos nossos concorrentes industriais da UE15, nomeadamente de Espanha. Dada a grande sensibilidade dos níveis de preço ao grau de concorrência entre as várias fontes de energia, a antecipação da liberalização do mercado do gás natural (apenas para as produtoras eléctricas) em 2004 deveria incluir também os consumidores industriais.



Fonte: Indicadores Estruturais, Comissão Europeia, Julho 2003

* Países Baixos – 2001



PREÇOS E CUSTOS

PREÇOS DE ELECTRICIDADE - INDÚSTRIA - PEQUENOS CONSUMIDORES

Definição

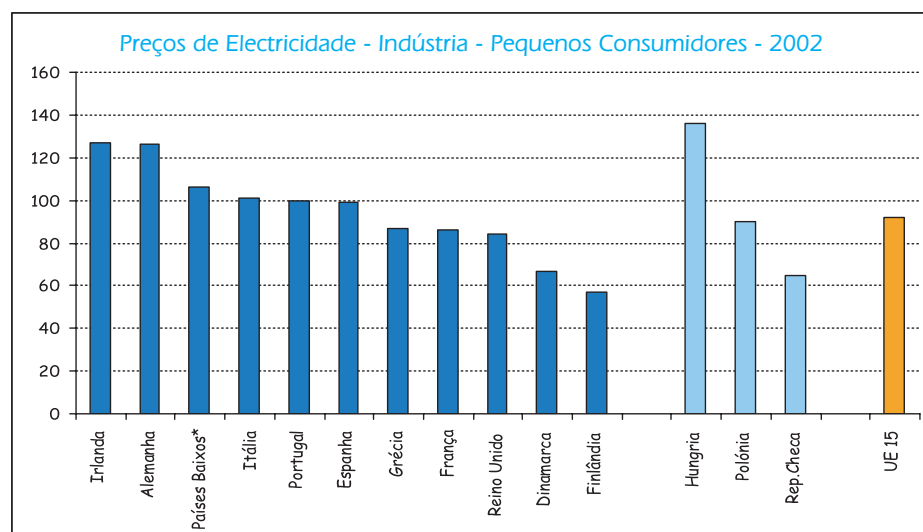
Preço de electricidade por kwh, em euros, sem impostos, para os consumidores industriais da categoria-padrão de consumo Ib, a que corresponde um consumo anual de 50kw e uma carga anual de 1000 horas, em 2002

Enquadramento

Os preços de electricidade para pequenos consumidores industriais registam, em Portugal, um nível intermédio no contexto da UE 15, e próximos dos preços praticados em Espanha.

Objectivos

O recente pacote legislativo relativo ao reforço da liberalização do mercado de electricidade a partir de Julho 2004 com a abolição dos Contratos de Aquisição de Energia irá, segundo fontes governamentais, ter efeitos imediatos na redução de preços para os consumidores industriais. O modelo europeu de liberalização regulada que caracterizará o Mercado Ibérico da Electricidade, a ser estabelecido até 2006, proporciona as condições para que a aproximação dos preços nestes dois mercados se consolide.



Fonte: 2º Relatório de Benchmarking sobre a implementação dos Mercados Internos da Electricidade e do Gás, Comissão Europeia, Abril 2003

* 2001 para Países Baixos



PREÇOS E CUSTOS

PREÇOS DE ELECTRICIDADE - INDÚSTRIA - GRANDES CONSUMIDORES

Definição

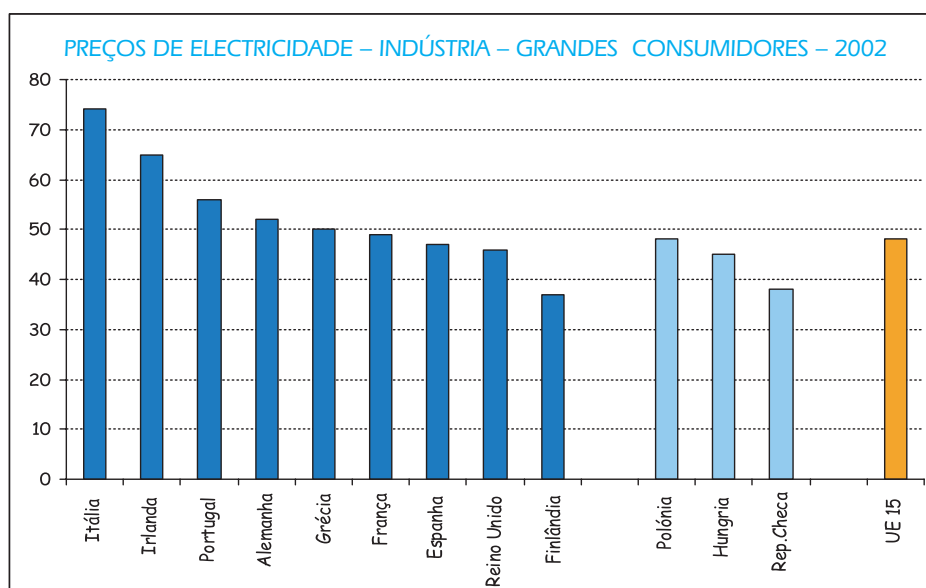
Preço de electricidade por kwh, em euros, sem impostos, para os consumidores industriais da categoria-padrão de consumo Ig, a que corresponde um consumo anual de 24Gkw, uma procura máxima de 4000 kw e uma carga anual de 6000 horas, em 2002.

Enquadramento

Portugal é o 4º país da UE15 (depois da Itália, Irlanda e Bélgica) com preços mais elevados nesta categoria dos grandes consumidores industriais. O diferencial de preços relativamente à média da UE15 é mais acentuado do que no caso dos pequenos consumidores industriais, o que agrava mais que proporcionalmente o nível de competitividade industrial, pois os grandes consumidores provêm, na sua maioria, de sectores com forte poder de impacte ajuzante no tecido industrial.

Objectivos

Assegurar a prática de um sistema transparente de preços especiais para os grandes consumidores - enquanto não for estabelecido de uma forma definitiva o Mercado Ibérico da Electricidade - tendo como referencial uma redução destes preços até 2006, aproximando-os, proporcionalmente, aos níveis praticados actualmente em Espanha.



Fonte: 2º Relatório de Benchmarking sobre a implementação dos Mercados Internos da Electricidade e do Gás, Comissão Europeia, Abril 2003



PREÇOS E CUSTOS

PREÇOS DE ACESSOS À INTERNET

Definição

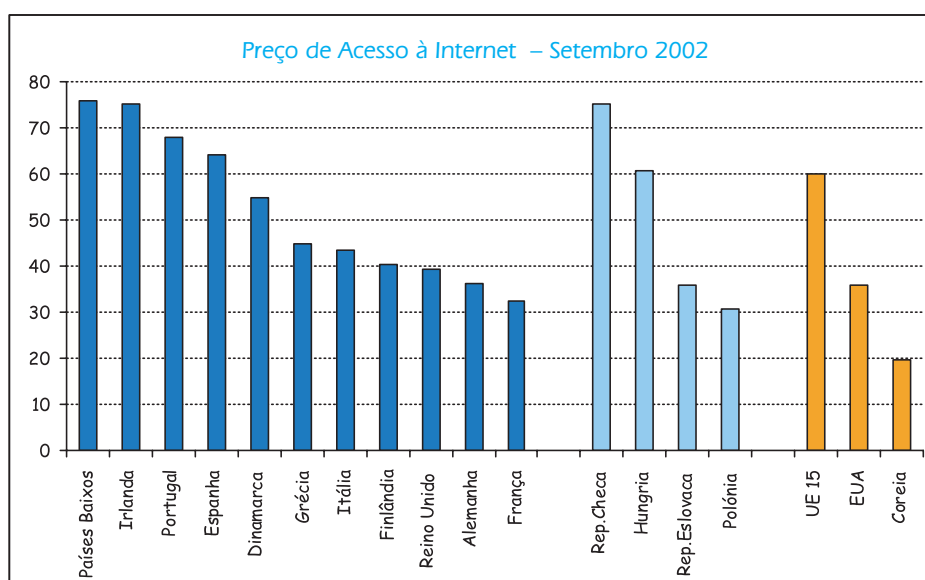
Preço do “cabaz OCDE” de acesso “dial-up” a Internet, em US dólares – 40 horas diurnas incluindo o aluguer fixo da linha, o custo de ligação à linha e a taxa fixa do ISP (inclui IVA).

Enquadramento

Portugal é o 5º país da UE15 com preços de acesso “dial-up” à Internet mais elevados. Este tipo de acesso representa ainda uma elevada proporção no mercado - 95% do total de acessos em Portugal. Esta situação tem contribuído para a fraca penetração da Internet, num mercado relativamente novo onde a variável preço tem-se revelado decisiva.

Objectivos

Posicionar Portugal ao nível dos 5 países com custos de acesso (medidos em PPP) mais baixos até 2005 em paralelo com o considerado necessário pela recente Iniciativa Nacional para a BandaLarga para se conseguir atingir os pretendidos objectivos de penetração.



Fonte: OCDE Communications Outlook, 2003



PREÇOS E CUSTOS

PREÇOS DE CHAMADAS TELEFÓNICAS

Definição

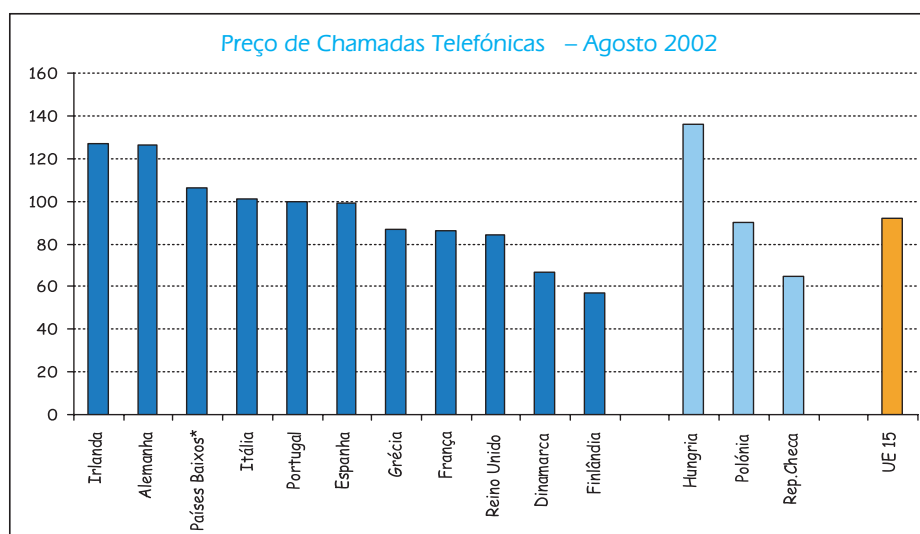
Preço de “cabaz composto OCDE” de chamadas telefónicas do Serviço Fixo de Telefone (SFT) de um utilizador empresarial de pequena dimensão, em US dólares (base anual). Inclui chamadas internacionais e chamadas para redes móveis. (IVA excluído).

Enquadramento

A posição de Portugal é claramente desfavorável em termos de custos de chamadas telefónicas, ocupando o 2º lugar no conjunto da UE15. Em determinados sectores de actividade, nomeadamente na área dos serviços, trata-se de um elemento relevante nas estruturas de custo das empresas.

Objectivos

Reduzir os diferenciais de preços actualmente existentes de modo a colocar os preços portugueses abaixo da mediana dos preços (o que actualmente equivaleria à posição da Irlanda) da UE15. Assegurar uma maior concorrência no sector das telecomunicações permanece a principal política económica com efeitos esperados mais significativos numa redução de preços efectiva. Neste contexto, as novas tecnologias no mercado de telecomunicações constituirão um estímulo para a concorrência, na medida em que continuarão a contribuir para a profusão de diferentes combinações entre tipo de comunicação (incluindo a voz) e terminais de acesso.



Fonte: OCDE Communications Outlook, 2003



FISCALIDADE

RECEITAS FISCAIS EM PERCENTAGEM DO PIB

Definição

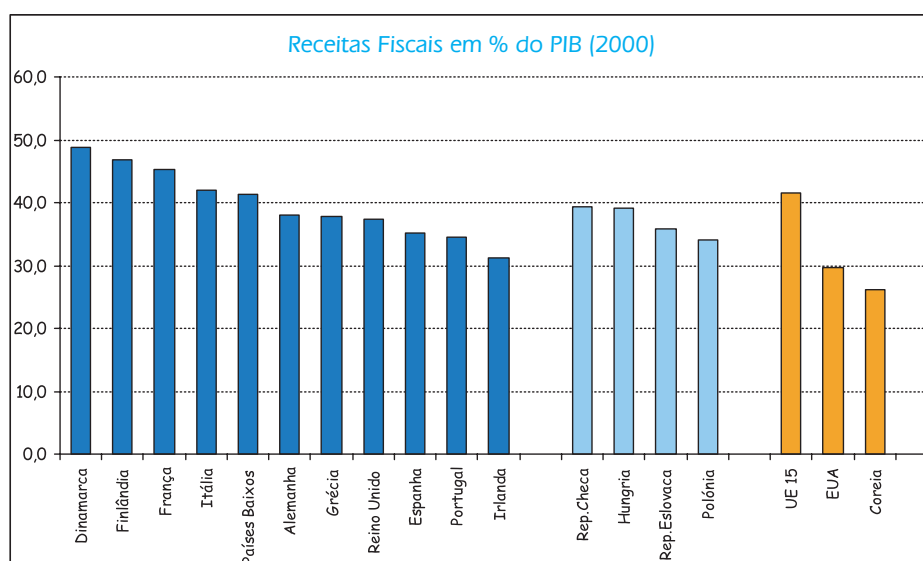
Rácio entre o montante de receitas fiscais (receitas de impostos da Administração Pública central e local e de contribuições para a Segurança Social) e o valor do Produto Interno Bruto.

Enquadramento

Em Portugal, o peso relativo das receitas fiscais no PIB atingiu 34,5% em 2000. As diferenças entre os países da UE são significativas, apresentando a Dinamarca (48.8%) e a Irlanda (31.1%) valores extremos.

Objectivos

Portugal deverá acompanhar a tendência da generalidade das economias no sentido da redução da carga fiscal, nomeadamente sobre as empresas, o que será possível com a reforma do papel do Estado e uma efectiva redução do peso da despesa pública.



Fonte: OCDE – Estatísticas das Receitas Públicas



FISCALIDADE

TAXA NOMINAL DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS EMPRESAS

Definição

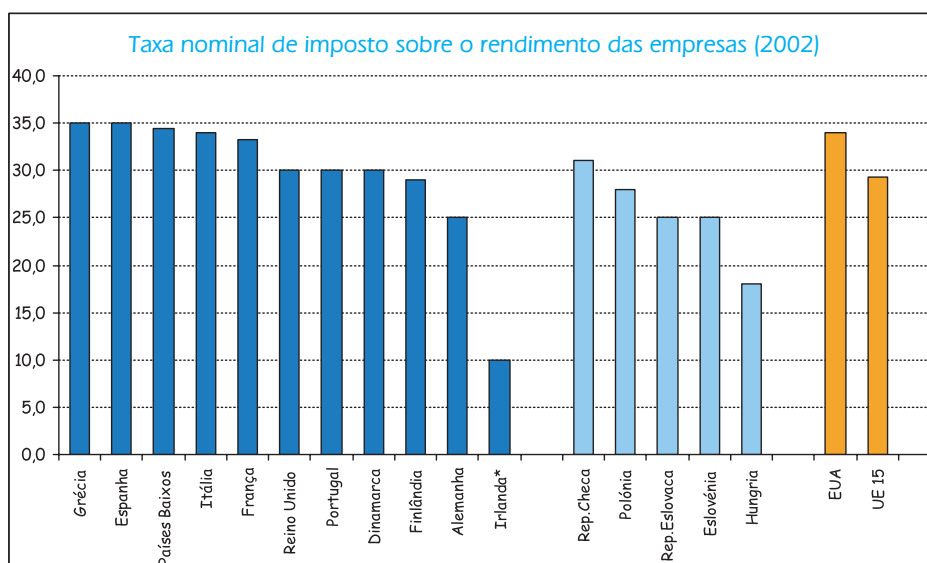
Taxa legal incidente sobre a rendimento colectável das empresas, estabelecida na legislação nacional aplicável.

Enquadramento

A taxa nominal de imposto sobre o rendimento das empresas tinha, em 2002, um valor intermédio no conjunto dos países da UE considerados. De notar que a taxa nominal sobre o rendimento das empresas tem vindo a diminuir na generalidade das economias. De referir ainda que as taxas de imposição efectiva são influenciadas por diversos factores, pelo que a comparação entre taxas nominais deve ser feita com algum cuidado.

Objectivos

A redução da taxa nominal de imposto sobre as empresas deve prosseguir, por forma a alcançar em 2006 a taxa de 20% conforme programado pelo Governo português. No quadro da concorrência internacional, assumem também um papel importante as regras estabelecidas para o cálculo da matéria colectável e outros, onde se registam diferenças significativas entre os vários países.



Fonte: Parlamento Europeu – Taxation in Europe,
Economic Affairs Series – ECON 131 EN

* Foi considerado que a taxa de 10% se aplicava à maioria das empresas



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

■ DESPESAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Definição

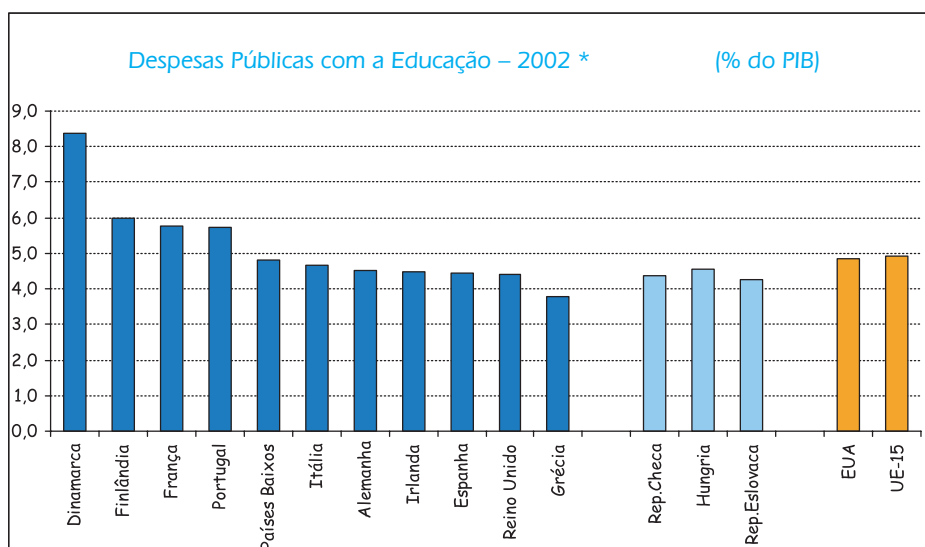
Total das despesas públicas consagradas à educação, em % do PIB.

Enquadramento

As despesas públicas em educação em Portugal, em percentagem PIB, atingem valores significativos (5,7% em 2000) e têm vindo a ganhar peso desde o início dos anos 90 (4,3% em 1990), tendo crescido entre 1995 e 1999 (24%). As lacunas em matéria de educação em Portugal não parecem poder atribuir-se a falta de investimento, sendo por isso fundamental avaliar a eficácia destes investimentos.

Objectivos

É objectivo da Estratégia de Lisboa assegurar “ um aumento anual substancial do investimento *per capita* em recursos humanos”. No entanto, este objectivo deve ser conciliado com outros que garantam a qualidade dos resultados alcançados, já que um aumento de investimentos, sendo necessário, não garante por si só melhoria da qualidade. Por exemplo, há que assegurar mecanismos de maior afectação de recursos financeiros a áreas de educação com maior taxa de retorno em termos de qualidade, como sejam áreas de ciência e tecnologia e na formação de base (ao nível do secundário).



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

* Valores estimados



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

■ DESPESAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Definição

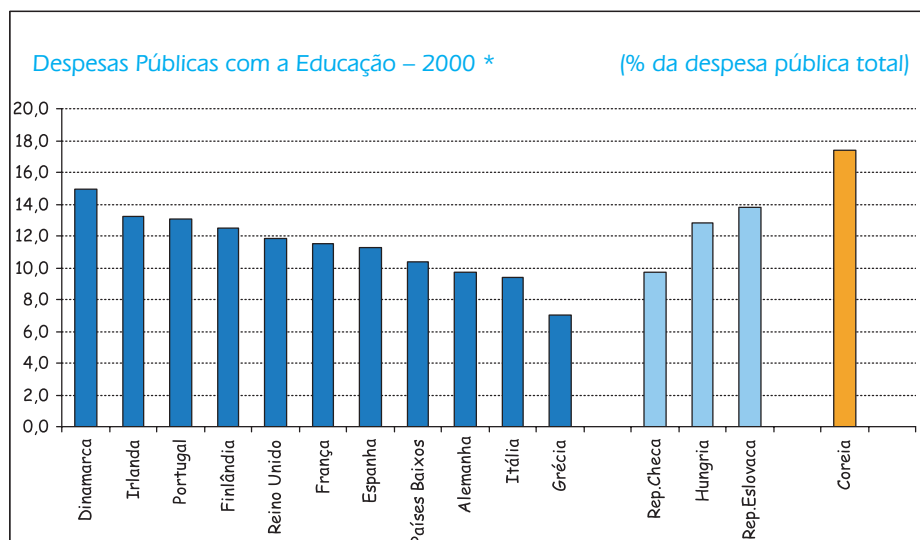
Total das despesas públicas consagradas à educação, em % da despesa pública total.

Enquadramento

Portugal atribui grande importância relativa às despesas públicas com educação no conjunto das despesas públicas, posicionando-se em 3º lugar entre os países da UE neste indicador (13,1%), lugar que já detinha em 1995 (com 12,5%).

Objectivos

É objectivo da Estratégia de Lisboa assegurar “ um aumento anual substancial do investimento *per capita* em recursos humanos”. No entanto, este objectivo deve ser conciliado com outros que garantam a qualidade dos resultados alcançados, já que um aumento de investimentos, sendo necessário, não garante por si só melhoria da qualidade. Por exemplo, há que assegurar mecanismos de maior afectação de recursos financeiros a áreas de educação com maior taxa de retorno em termos de qualidade, como sejam áreas de ciência e tecnologia e na formação de base (ao nível do secundário).



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

* Valores estimados



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

Definição

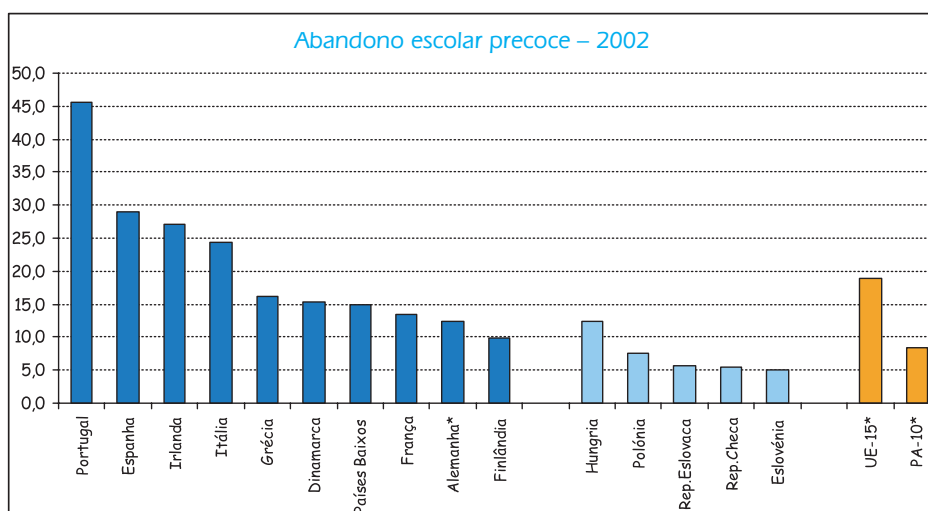
Relação entre a população entre os 18-24 anos com apenas o 1º ciclo do ensino secundário que abandonou o sistema de ensino ou formação, e a população total do mesmo grupo etário.

Enquadramento

No conjunto da União Europeia, Portugal regista neste indicador o valor mais elevado, o qual se manteve estável nos anos mais recentes. De salientar que na população masculina o abandono escolar atinge os 50%.

Objectivos

Até 2010 reduzir para metade o número de jovens que abandonam o sistema de ensino.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 - Países em fase de adesão à UE

*Valores estimados



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

■ APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Definição

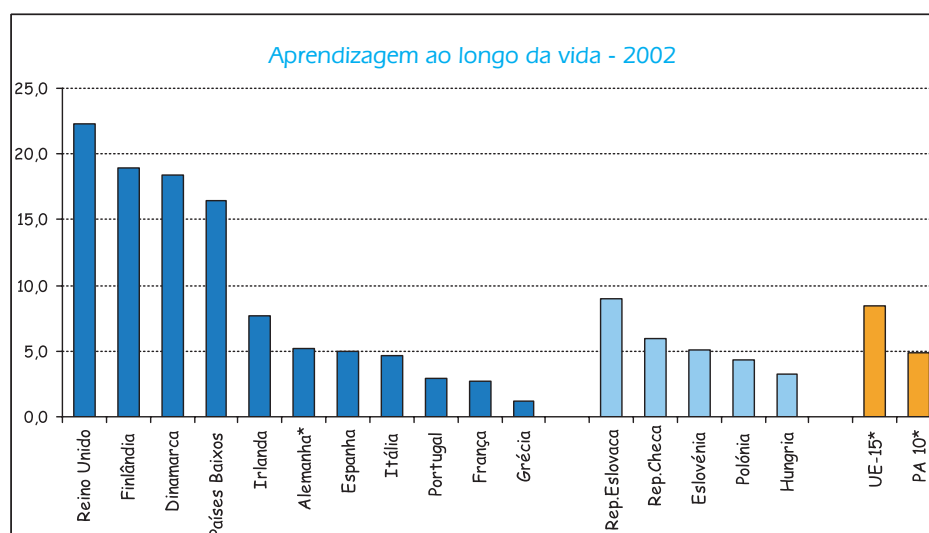
Relação entre a população entre os 25-64 anos que referiu participar em acções de formação ou educação durante as quatro semanas (1) que precederam o inquérito, e a população total do mesmo grupo etário.

Enquadramento

Apesar de algumas limitações do indicador, resulta claro que o valor para Portugal revela grande fragilidade nesta área, não se registando nos últimos anos melhoria da situação. Nas economias baseadas no conhecimento o desenvolvimento técnico e a inovação são essenciais pelo que as pessoas devem melhorar os seus conhecimentos, aptidões e competências ao longo da vida.

Objectivos

Aumentar gradualmente e de forma significativa o número de pessoas envolvidas em processos formais e/ou informais de aprendizagem ao longo da vida, de modo a que em 2010, a participação atinga os 10%.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PA 10 – Países em fase de adesão à UE

*Valores estimados

(1) Excepto para França e Portugal, casos em que os dados se referem ao momento do Inquérito



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

■ LITERACIA EM MATEMÁTICA, CIÊNCIAS E LEITURA DOS JOVENS COM 15 ANOS

Definição

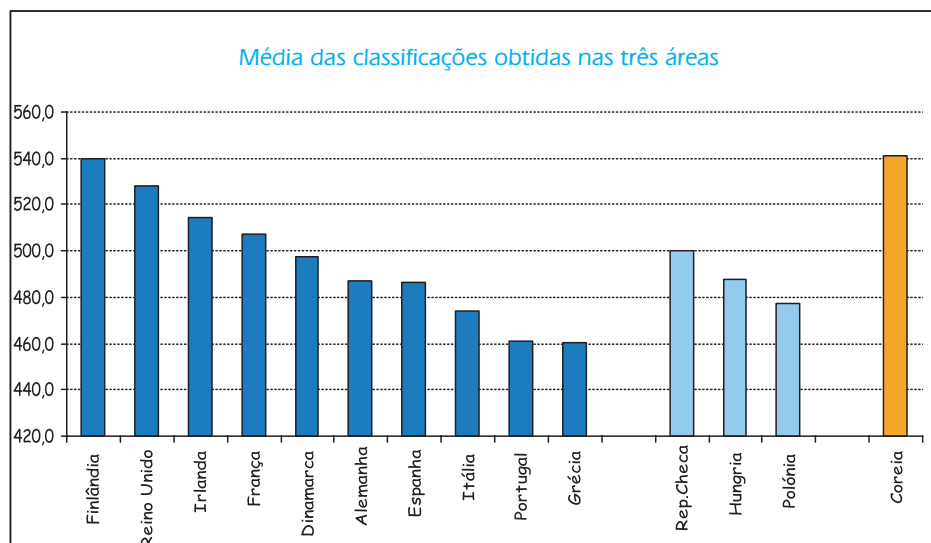
Média da classificação obtida por jovens de 15 anos nos testes de matemática, ciências e leitura, desenvolvidos pela OCDE para este efeito (projecto PISA).

Enquadramento

As baixas classificações obtidas pelos jovens portugueses nestes testes revela que o reforço dos investimentos em educação da última década não estão a produzir os efeitos desejáveis em áreas cruciais para a aquisição de competências-chave.

Objectivos

Melhorar significativamente os níveis médios de literacia nestas áreas. Como contributo para este objectivo e de acordo com a recomendação da Comissão Europeia, Portugal deve reduzir para metade a percentagem de jovens de 15 anos com classificações abaixo de 335 em 2000.



Fonte: OCDE, PISA survey, 2001



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

POPULAÇÃO QUE OBTVEU PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO, POR ESCALÕES ETÁRIOS

Definição

Rácio entre a população que obteve pelo menos o ensino secundário, e a população total do mesmo escalão etário.

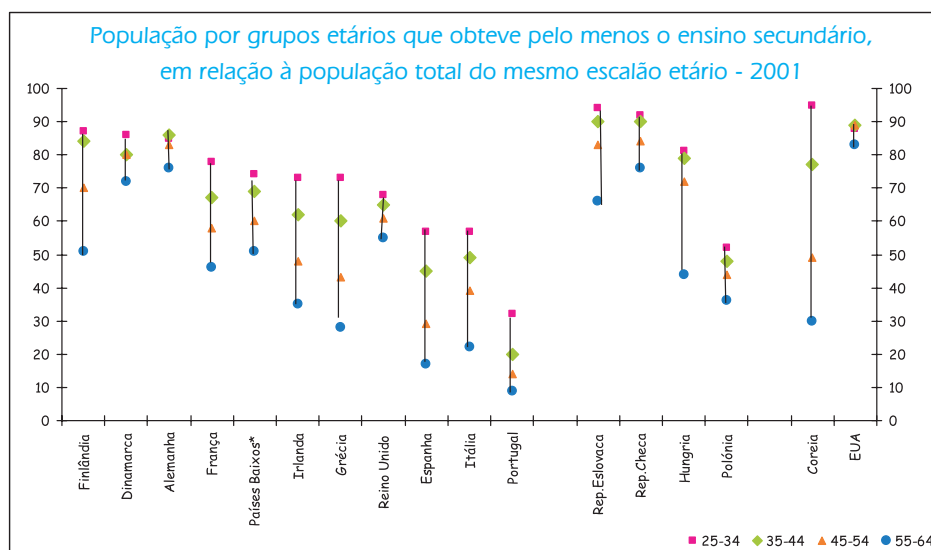
Enquadramento

Portugal, não só apresenta rácios muito baixos em todos os escalões etários, como têm sido feitos progressos modestos entre a população mais jovem, apesar do forte aumento do investimento em educação na última década.

O ensino secundário é um requisito importante para que os recursos humanos detenham as competências necessárias ao mercado de trabalho. Ao longo dos últimos anos têm sido feitos esforços significativos neste campo, permitindo que entre as novas gerações aumente substancialmente este rácio (ex.: Espanha, Grécia e Coreia).

Objectivos

A situação descrita conduz à necessidade de um reforço significativo nas acções de formação e de aprendizagem ao longo da vida. Dever-se-ão desenvolver esforços especiais para garantir que, em 2010, a percentagem de população com o ensino secundário no escalão etário 25 a 34 anos seja superior a 80%, contribuindo assim para que Portugal cumpra o objectivo constante da Recomendação da Comissão Europeia que estabelece que, em média, 80% da população entre os 25 e os 64 anos atinja pelo menos o ensino secundário.



Fonte: OCDE, Education at a Glance, 2002

*2000



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

TAXA DE PENETRAÇÃO DE BANDA LARGA

Definição

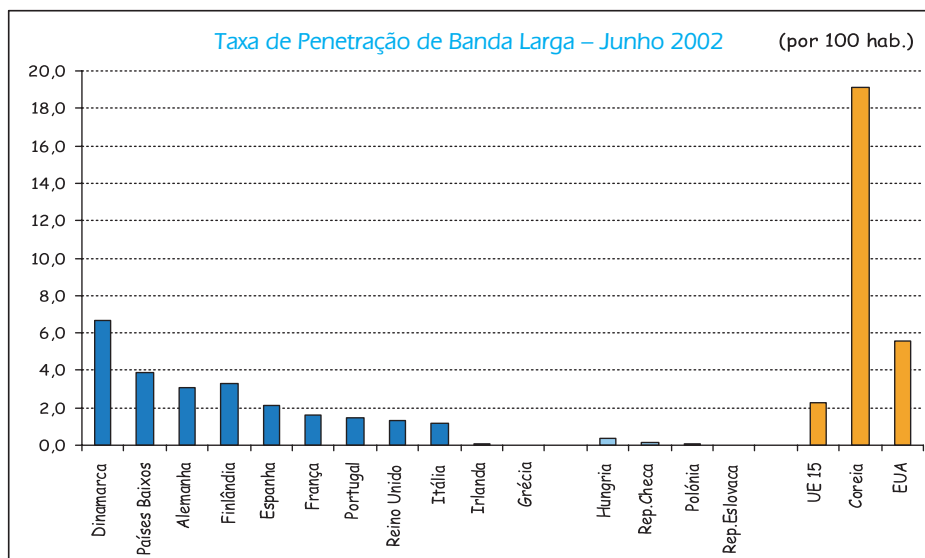
Número de acessos de Banda Larga (ADSL e cabo) por 100 habitantes.

Enquadramento

Portugal registava, em Junho de 2002, um número de acessos em Banda Larga (BL) de 1.5 por 100 habitantes, inferior à média da UE15. Baseando-se em tecnologias recentemente adoptadas, o crescimento actual da Banda Larga é acentuado – em Portugal o valor atingido em Março 2003 já era de 3.0. Estimativas da UMIC apontam para uma taxa de penetração de 12.7% e 8.4%, respectivamente, das famílias e das empresas em 2003. O grau de penetração da Banda Larga, assim como a qualidade e o tipo da sua utilização constituem factores essenciais da Economia do Conhecimento.

Objectivos

Concretização dos objectivos da recente Iniciativa Nacional para a Banda Larga, nomeadamente, atingir taxas de penetração de 50% nos segmentos famílias e empresas (com mais de 9 trabalhadores) em 2005, o que em termos de acessos por 100 habitantes, corresponderá a um valor de cerca de 20%. Do lado da procura, os objectivos deverão ter como base a promoção de conteúdos/serviços que contribuam para o aumento da competitividade. Haverá também que maximizar os efeitos da Banda Larga, enquanto instrumento da melhoria da produtividade, através da reorganização de processos e da melhoria de competências dos recursos humanos nas empresas.



Fonte: OCDE, Communications Outlook, 2003



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

TAXA DE PENETRAÇÃO TELEFÓNICA

Definição

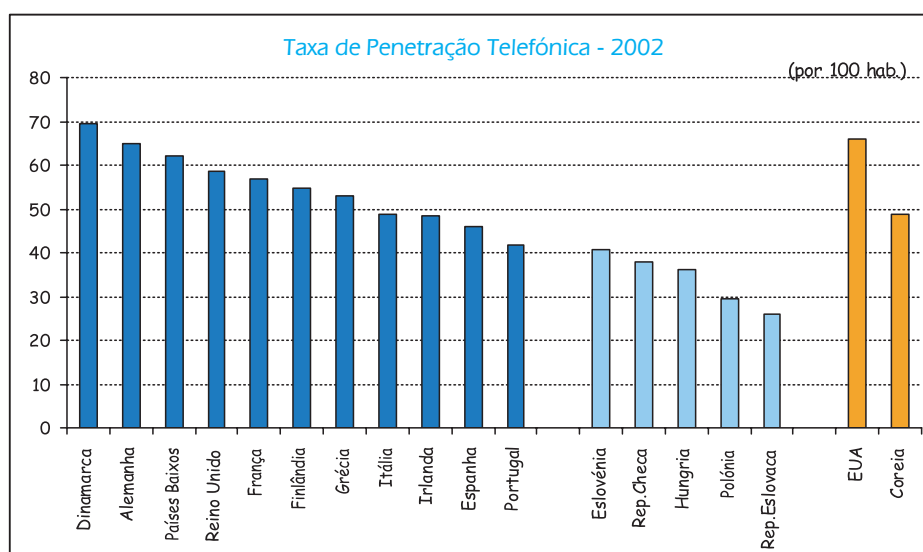
Número de acessos telefónicos principais fixos por 100 habitantes. Inclui acessos analógicos e digitais utilizando todas as tecnologias – cobre, cabo, fibra óptica, FWA, etc.

Enquadramento

Em Portugal, o número de acessos telefónicos por cada 100 habitantes atinge, em 2002, um valor de 41.9, o mais baixo da União Europeia, onde, ao contrário do que acontece em Portugal, se regista um elevado número de agentes económicos com linhas adicionais. Numa situação de total cobertura do mercado, a progressiva utilização da recente tecnologia ADSL conduz a que a evolução desta taxa, como indicador das condições de acesso à Sociedade de Informação, perderá relevância. Portugal regista uma taxa de penetração semelhante à média comunitária na rede móvel, a qual, no entanto, ainda não é expressiva no acesso à Internet.

Objectivos

Face à pretendida utilização generalizada da Internet, e enquanto outras tecnologias alternativas não se revelem adequadas e acessíveis para esse efeito, o objectivo é atingir uma taxa de penetração telefónica fixa próxima dos 50%, correspondente à total cobertura dos agentes económicos.



Fonte: ITU, World Telecommunications Indicators Database, 2003

* 2001 para Países Baixos, Reino Unido, Grécia, Irlanda, Rep. Checa e Polónia



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

NÍVEL DE ACESSO À INTERNET - EMPRESAS E FAMÍLIA

Definição

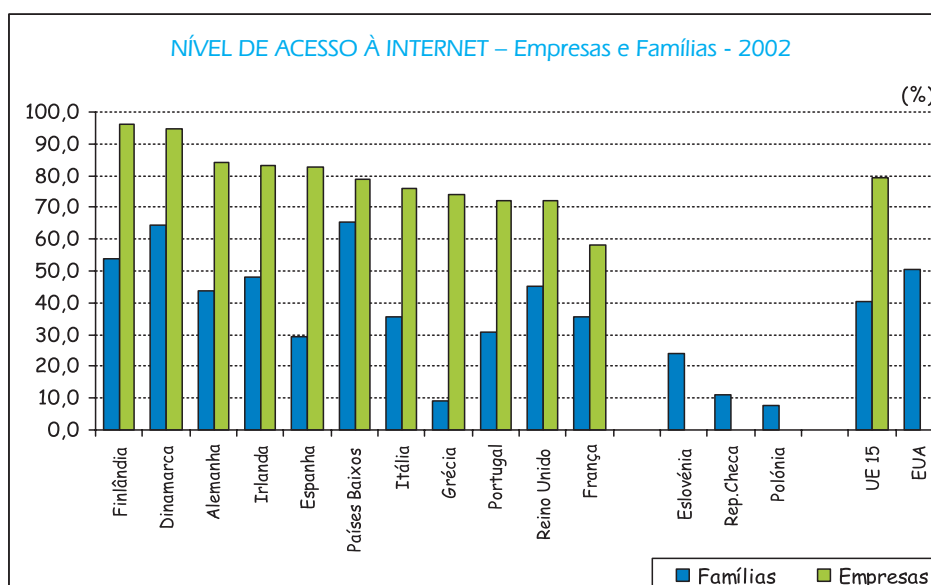
Número de Empresas e de Famílias que têm acesso à Internet em percentagem dos respectivos totais em 2002. O total de Empresas considerado tem mais de 9 trabalhadores e pertence aos sectores da Indústria Transformadora, Comércio e Serviços (secções Nace D, G a K).

Enquadramento

Em Portugal, as taxas de penetração de acesso à Internet dos dois segmentos – 72% nas empresas e 31% nas famílias - são inferiores à média da UE15, registando-se um maior diferencial no segmento famílias. No desenvolvimento do mercado dos serviços e conteúdos da Internet, o nível de penetração das famílias é também importante dado a sua contribuição para uma crescente procura que se espera vir a estimular a oferta.

Objectivos

Atingir, pelo menos, até 2010, uma taxa de penetração da Internet idêntica à dos países com melhores desempenhos da UE, tendo como referência os objectivos das políticas nacional e comunitária para a Banda Larga, o aumento da concorrência no sector das telecomunicações e a redução dos custos para os utilizadores.



Fonte: Indicadores Estruturais, Comissão Europeia, 2002

* 2001 para Eslováquia, Rep. Checa, Polónia, e no segmento empresas para a França e Países Baixos



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

DESPESAS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Definição

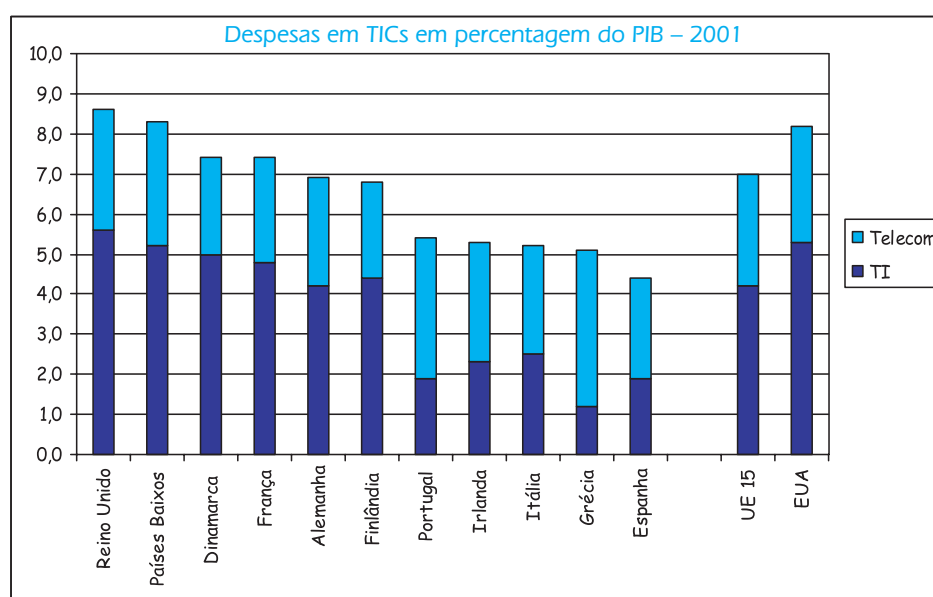
Despesas em TICs em percentagem do PIB. Inclui dois sub-setores: o das Telecomunicações (equipamentos e serviços) e Tecnologias de Informação (hardware, software e serviços), 2001.

Enquadramento

Portugal posiciona-se em 11º lugar na UE15, registando a Irlanda, a Itália e a Grécia valores próximos. Verificam-se, no entanto, situações diferenciadas - nas despesas de telecomunicações, nas quais Portugal se posiciona em 2º lugar a seguir à Grécia, e nas despesas de TI onde o valor para Portugal, idêntico ao de Espanha, é apenas superior ao registado na Grécia. De notar que este indicador, como medida do grau de difusão das TICs, revela algumas limitações, pelo facto de incluir produtos e serviços heterogéneos e não distinguir investimento e consumo.

Objectivos

Aumento significativo das despesas em Tecnologias da Informação para valores acima da média comunitária.



Fonte: Indicadores Estruturais, Comissão Europeia, 2003



TRANSPORTES

■ TRANSPORTE DE MERCADORIAS

Definição

Peso do transporte rodoviário, em toneladas-km, no total do transporte de mercadorias por rodovia, ferrovia e vias navegáveis interiores.

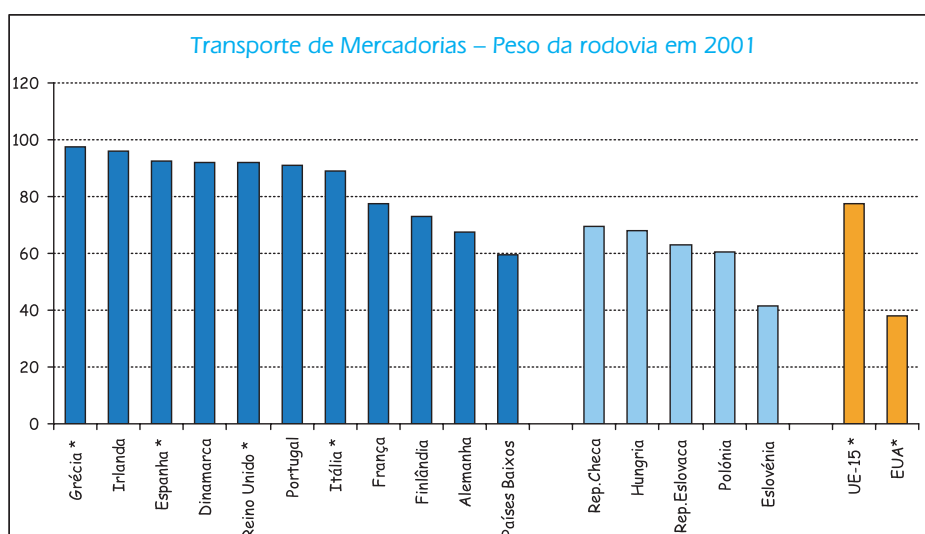
Enquadramento

Em Portugal, este indicador atinge 90.8% em 2001, sendo um dos mais elevados da UE. Embora a situação geográfica influencie de certo modo o peso deste indicador, questões ligadas aos custos de congestionamento, de eficiência económica e energética e de natureza ambiental, conduzem à necessidade de acelerar os projectos de investimento no transporte ferroviário e marítimo.

Objectivos

Definição de uma política integrada de transporte e preparação atempada de medidas necessárias ao seu desenvolvimento.

As orientações da política comunitária de transportes, apontam para a redução da importância relativa da rodovia no transporte de mercadorias, visando nomeadamente o regresso, até 2010, aos valores registados em 1998.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Julho 2003

* 2000, 1999 para EUA



AMBIENTE E ENERGIA

INTENSIDADE ENERGÉTICA DA ECONOMIA

Definição

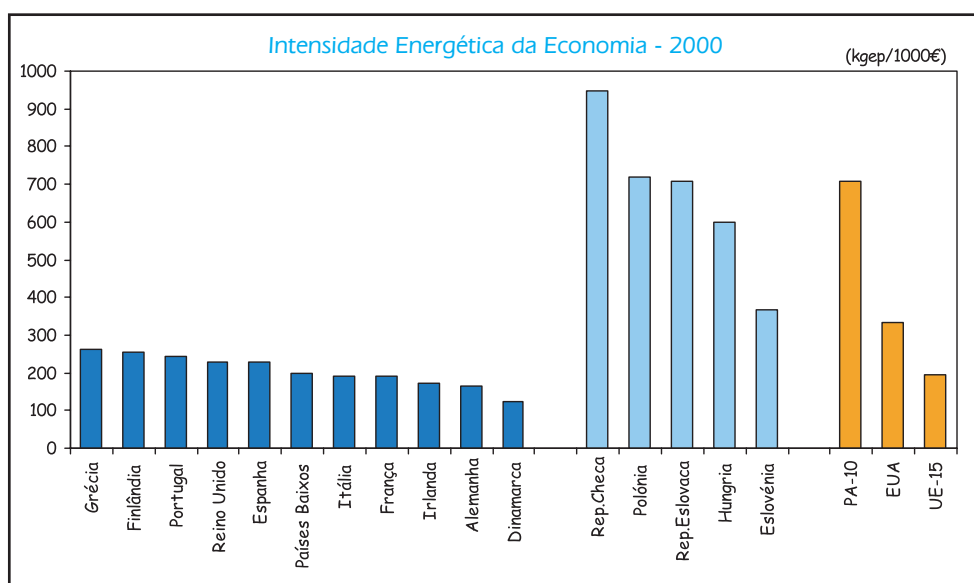
Rácio entre o Consumo Bruto de Energia (carvão, electricidade, petróleo, gás natural e energias renováveis) e o Produto Interno Bruto (a preços constantes de 1995). É expresso em kgep (quilograma equivalente de petróleo) por 1000 euros. É um indicador da medida de eficiência energética global na economia.

Enquadramento

Portugal regista o 3º valor mais elevado no conjunto da União Europeia, apesar de ter o consumo per capita mais baixo. No período 95-2000, Portugal foi o único país da União Europeia em que o valor deste indicador aumentou, ainda que ligeiramente.

Objectivos

Atingir em 2010 um valor próximo da média da UE-15. A consecução deste objectivo passa pelas políticas públicas, visando uma maior racionalidade na utilização da energia e pelas empresas, através da melhoria da eficiência energética.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PFA – Países em fase de adesão à UE

*Valores estimados



AMBIENTE E ENERGIA

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Definição

Total de resíduos sólidos urbanos recolhidos, medido em kg por pessoa /ano, segundo o destino final: deposição em aterro, incineração, compostagem e reciclagem.

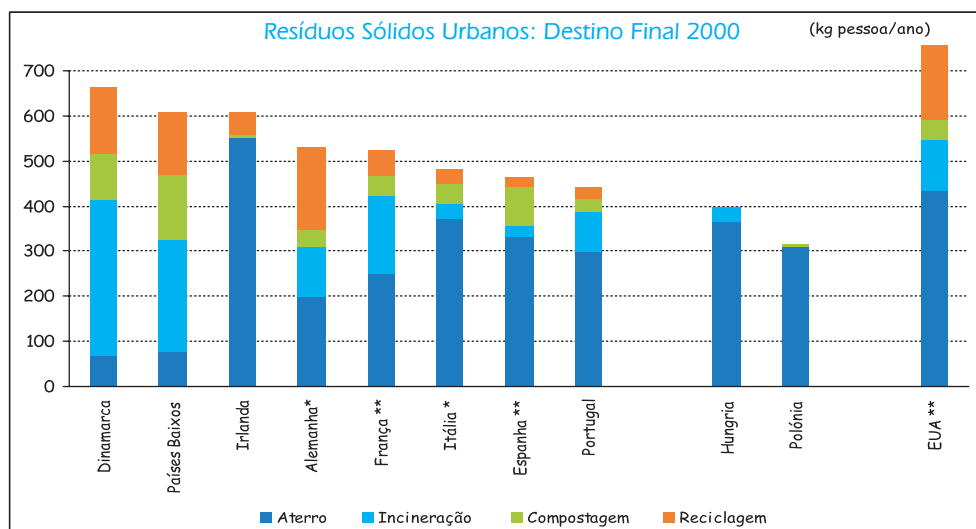
Os resíduos urbanos respeitam basicamente a resíduos domésticos e similares provenientes da actividade empresarial.

Enquadramento

Em Portugal, recolheu-se em 2000 cerca de 445 Kg de resíduos urbanos por pessoa, valor inferior aos apresentados na maioria dos países da UE e nos EUA. A deposição em aterro (67%) e a incineração (21%) são os destinos com um maior peso relativo. A reciclagem dos resíduos urbanos (6%) é ainda reduzida, sobretudo, comparativamente aos EUA (22%), Dinamarca (22%), Países Baixos (23%) e Alemanha (34%).

Objectivos

Desenvolvimento de estratégias de gestão de resíduos que, de forma gradual, permitam dar cumprimento aos objectivos estabelecidos nas directivas comunitárias relativas à deposição em aterro e à incineração bem como às que dizem respeito a fluxos de resíduos específicos (de embalagens, de equipamentos eléctricos e electrónicos, de veículos em fim de vida, etc).



Fonte: OECD Environmental Data –“Compendium 2002 / Waste”

* 1998 ** 1999



AMBIENTE E ENERGIA

EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

Definição

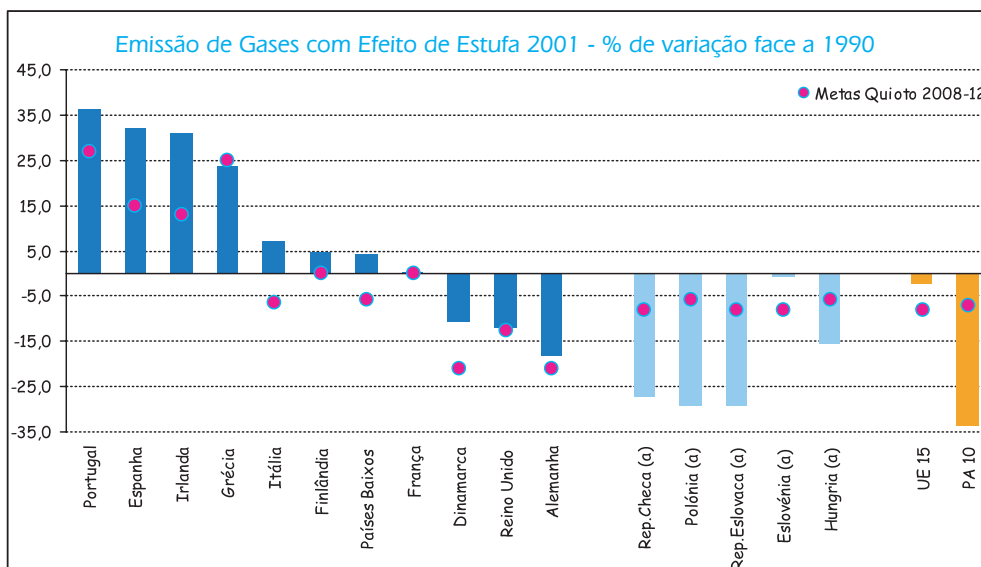
Variação do nível de emissões do cabaz de seis gases com efeito de estufa (expressas em CO₂ equivalente), considerado para efeitos de cumprimento do Protocolo de Quioto - emissões de dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFC), perfluorcarbonos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). Indicação das metas a atingir por cada um dos países e pela UE (variação máxima permitida entre o valor de emissões registado em 1990 e aquele que se terá de verificar entre 2008 e 2012).

Enquadramento

Entre 1990 e 2001, as emissões em Portugal cresceram 36.1%, ultrapassando o limite acordado em Quioto em 9.1 p.p.. A redução das emissões de GEE para a atmosfera tem vindo progressivamente a ser integrada como objectivo das políticas económicas, e, apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido na UE, a distância face às metas de Quioto é ainda significativa, em particular, na Irlanda, Espanha, Portugal, Dinamarca e Itália. A posição favorável dos países do Alargamento deve ser relativizada, em razão, nomeadamente, da qualidade dos dados disponíveis e do ainda diminuto contributo das emissões provenientes do transporte rodoviário.

Objectivos

Acompanhar os esforços desenvolvidos pelos países da União Europeia para alcançar os objectivos de Quioto, implementando medidas e políticas que conciliem o cumprimento das metas estabelecidas com um elevado ritmo de crescimento da economia portuguesa e uma melhoria da competitividade das empresas.



Fonte: Agência Europeia do Ambiente

a) 1999



CAPITAL; INVESTIMENTO

■ FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO DO SECTOR PRIVADO (% PIB)

Definição

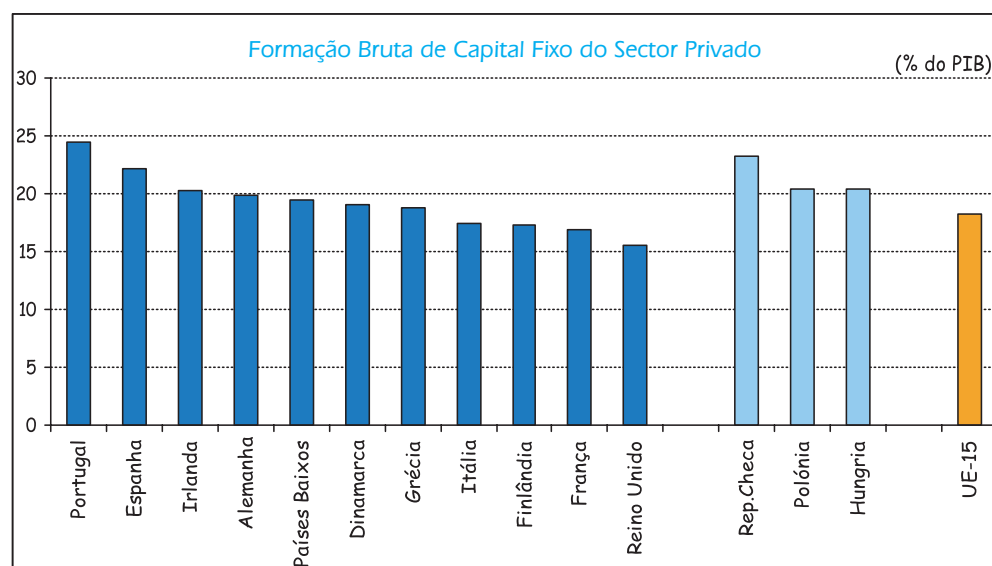
Total de activos fixos (máquinas e equipamentos, edifícios, estruturas, software) adquirido pelas entidades residentes do sector privado durante um determinado período, expresso em % do PIB.

Enquadramento

Portugal regista em 2000 o maior rácio entre a FBCF e o PIB, no conjunto da União Europeia, situação que se verifica desde 1997. Sendo parte do PIB, a FBCF influencia a sua evolução no ano em que se realiza e é importante a médio e longo prazo, na medida em que contribui para a melhoria da capacidade produtiva. Apesar do elevado esforço, os efeitos em termos de crescimento sustentado do PIB parecem menores do que os registados entre outros países com um peso da Formação de Capital Fixo mais baixo.

Objectivos

Manter rácios FBCF/PIB elevados. As estratégias empresariais e as políticas públicas devem convergir no sentido de aumentar a “qualidade” do investimento, e uma maior concentração deste em projectos com elevado valor acrescentado, por unidade de emprego.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003



CAPITAL; INVESTIMENTO

INVESTIMENTO EM CAPITAL DE RISCO (SEMENTE E START-UP)

Definição

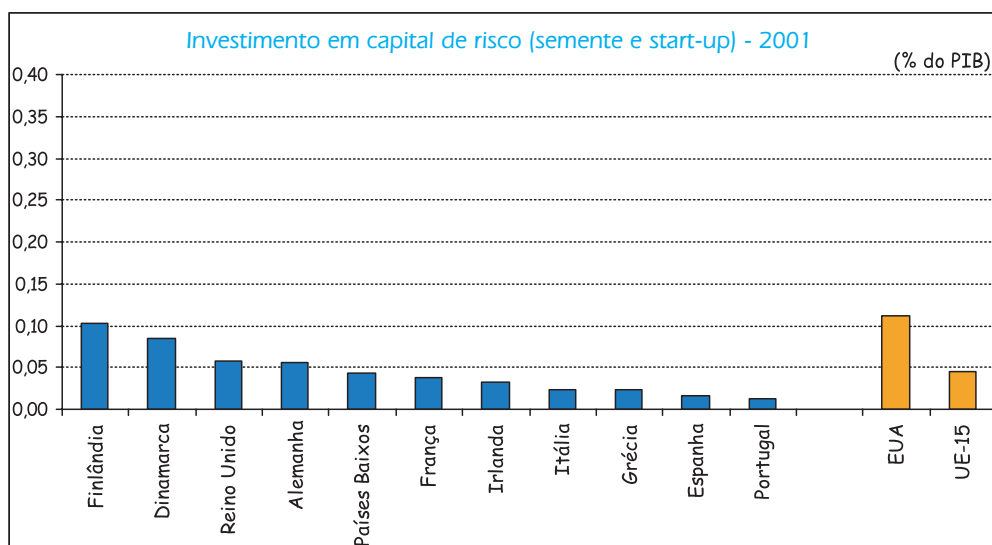
Participação no capital de empresas como capital de risco, em percentagem do PIB, na óptica de capital de semente e financiamento de start-up's. O capital de semente visa financiar a investigação e o desenvolvimento de uma ideia de negócio antes que esta atinja a fase de start-up. O capital de risco em start-up's pretende financiar o lançamento e promoção de novos produtos e serviços, sua produção e comercialização.

Enquadramento

Portugal, em 2001, apresentava um valor relativamente baixo deste indicador, comparável com o verificado na Espanha, Grécia e Itália. No seu conjunto, a UE15 apresenta um baixo valor de capital de risco de semente e start-up, comparativamente com os EUA.

Objectivos

Desenvolver acções de sensibilização e de incentivo do lado da procura e da oferta de capital de risco, face ao seu importante papel no lançamento de projectos inovadores e que, dada a sua natureza, normalmente sentem dificuldades na obtenção de fundos nas fontes de financiamento clássicas.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003



CAPITAL; INVESTIMENTO

■ INVESTIMENTO EM CAPITAL DE RISCO (EXPANSÃO E SUBSTITUIÇÃO)

Definição

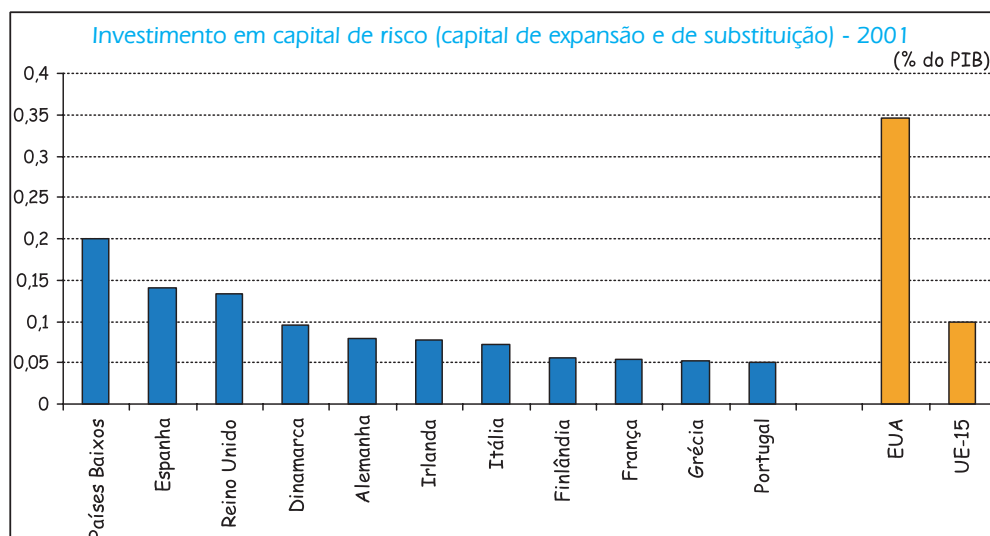
Participação no capital de empresas como capital de risco, em percentagem do PIB, visando: financiar o crescimento e expansão da actividade da empresa (aumento da capacidade produtiva, desenvolvimento de novos produtos ou acesso a novos mercados); aquisição de participações sociais que outras entidades detenham na empresa. Estão excluídas as aquisições de capital decorrentes de operações de “management buyout”, “management buyin” e de aquisição de acções cotadas em bolsa.

Enquadramento

Portugal, em 2001, apresentava um valor relativamente baixo deste indicador, mas comparável com 7 dos 10 países da UE aqui considerados. No seu conjunto, a UE15 apresenta um baixo valor de capital de risco de expansão e de substituição, comparativamente com os EUA.

Objectivos

Incentivar a procura e oferta de capital de risco, ao qual deverá caber um papel mais significativo no redimensionamento e reestruturação empresarial, bem como no financiamento das fases de crescimento de muitas empresas.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003



CAPITAL; INVESTIMENTO

FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRECTO (INFLOWS)

Definição

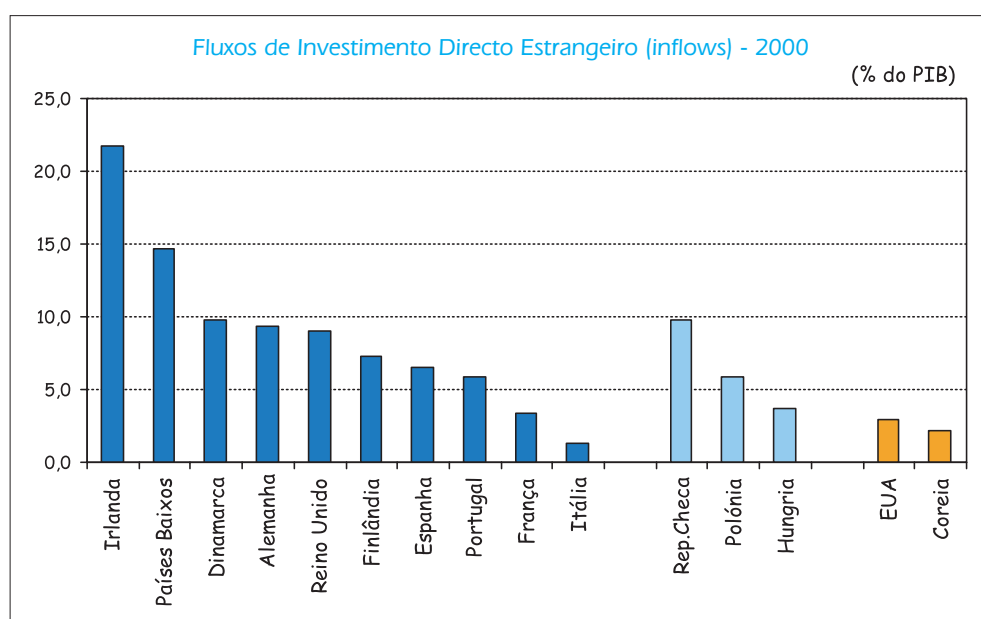
Fluxo de entrada de investimento directo estrangeiro em cada país, em percentagem do PIB.

Enquadramento

Os fluxos de investimento directo estrangeiro em Portugal representaram 6% do PIB em 2000, valor apenas superior à França e Itália, entre os países da UE considerados. Nesse ano, o stock de investimento estrangeiro em Portugal representava 27% do PIB. Apesar da volatilidade do valor destes fluxos de ano para ano, é contudo de salientar os significativos fluxos de IDE para a Irlanda (22% do PIB) em 2000 e, entre os países candidatos à adesão considerados, da República Checa (10% do PIB), nesse ano.

Objectivos

Aumentar significativamente a captação de investimento directo estrangeiro, visando alcançar um valor na ordem dos 10% do PIB, designadamente em actividades com elevados níveis de produtividade ou que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e da inovação em Portugal.



Fonte: OCDE, Main Economic Indicators



CAPITAL; INVESTIMENTO

■ FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRECTO (OUTFLOWS)

Definição

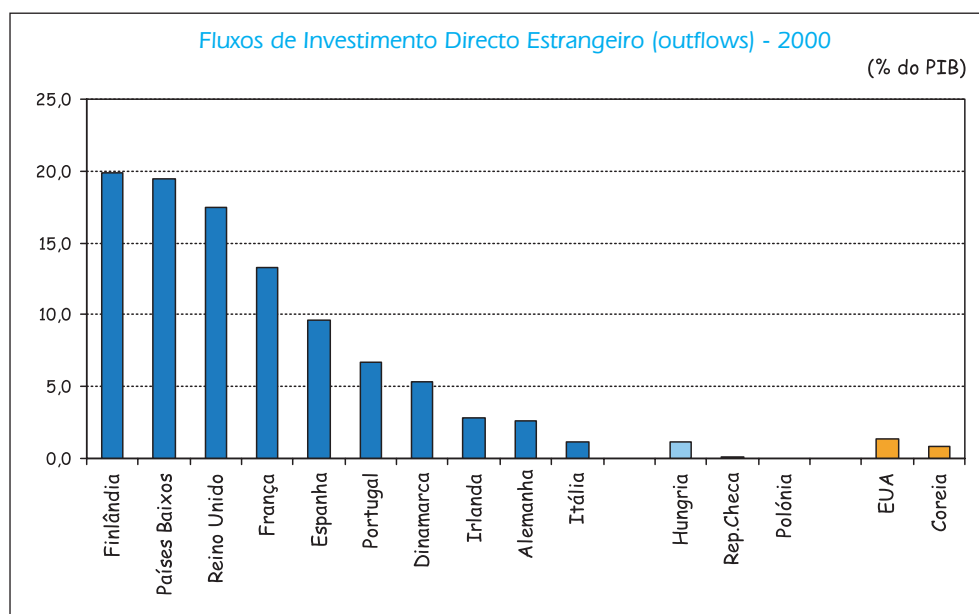
Fluxos de investimento directo de cada país no exterior, em percentagem do PIB.

Enquadramento

Os fluxos de investimento directo de Portugal no exterior representaram 7% do PIB em 2000, valor superior ao da Dinamarca, Irlanda, Alemanha e França, entre os países da UE considerados, e acima do peso no PIB do investimento directo do exterior em Portugal. Nesse ano, o stock de investimento de Portugal no exterior representava 16% do PIB. Apesar da volatilidade do valor destes fluxos de ano para ano, é contudo de salientar os significativos fluxos de investimento directo no exterior da Finlândia (20% do PIB) e dos Países Baixos (19% do PIB), em 2000.

Objectivos

O investimento directo no exterior é um factor importante de desenvolvimento do país, sobretudo se os fluxos comerciais acompanharem esses investimentos. Devem ser consideradas pelas empresas, sempre que possível, estratégias articuladas de investimento e de exportação de bens e serviços.



Fonte: OCDE, Main Economic Indicators



I&D E INOVAÇÃO

■ LICENCIADOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Definição

Total de licenciados em Ciência e Tecnologia, por mil pessoas entre os 20-29 anos.

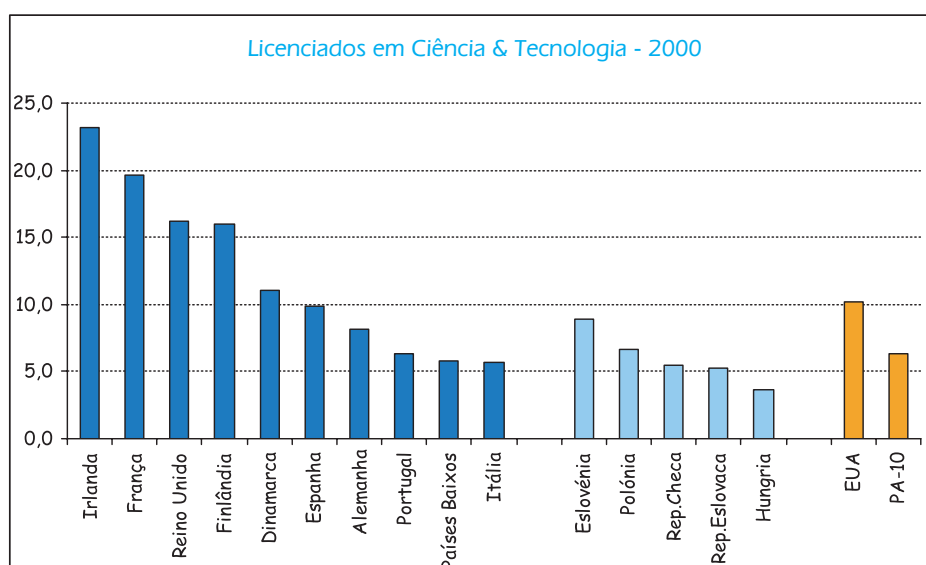
Enquadramento

O número de licenciados em ciências e tecnologia em Portugal é, em termos relativos, dos mais baixos entre os países considerados. No entanto, este rácio tem vindo a crescer significativamente nos últimos anos (72% entre 1993 e 2000).

Objectivos

Criar condições em termos de programas e de infra-estruturas para uma maior ênfase no ensino nas áreas científicas e tecnológicas, nomeadamente ao nível do ensino básico e secundário.

Incentivar os jovens para a aprendizagem e experimentação de modo a reforçar a tendência de aumento do rácio de licenciaturas em ciência e tecnologia para valores próximos dos atingidos nos países da UE com melhores desempenhos nesta matéria, alcançando o rácio da Espanha nos próximos dez anos.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

Ciências e Tecnologia inclui as ciências naturais e física; matemática e estatística; informática; engenharia; processos e produção; arquitectura e construção.



I&D E INOVAÇÃO

■ DESPESAS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D)

Definição

Despesas totais em I&D, em percentagem do PIB.

As despesas em I&D incluem despesas em educação superior e despesas das administrações públicas e do sector privado não financeiro em I&D.

Enquadramento

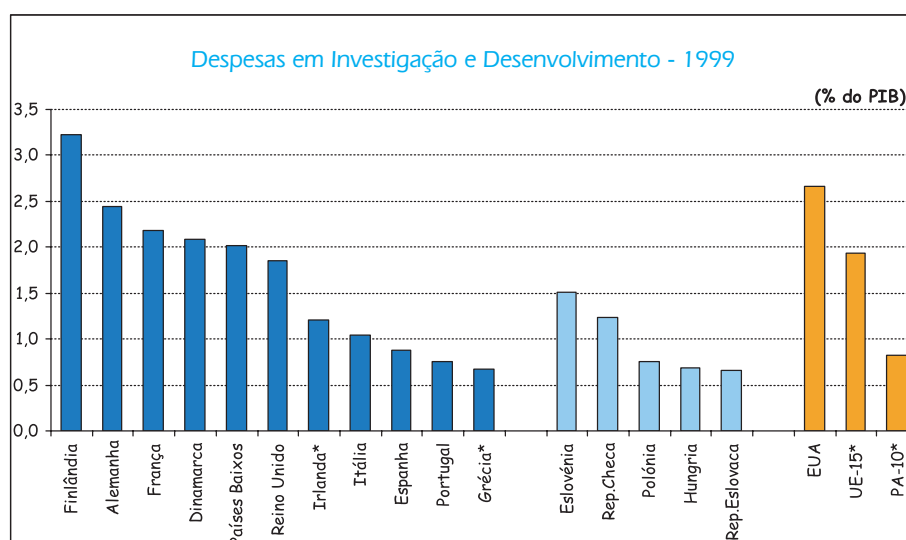
Dos países considerados, Portugal é o que menos investe, em percentagem do PIB, em I&D (0,8%). De notar que os países em fase de adesão à UE considerados registam neste indicador valores próximos ou significativamente superiores a Portugal, como é o caso da Eslovénia e da República Checa.

A União Europeia no seu conjunto afecta uma menor percentagem do PIB à I&D que os Estados Unidos e, além disso, a performance da sua inovação é reconhecidamente inferior.

Objectivos

Em Portugal, a duplicação deste indicador até 2010 deveria ser assumido como objectivo intermédio, dada a dificuldade em conseguir atingir o objectivo proposto pela Comissão Europeia de 3% do PIB em 2010, no conjunto da UE.

Para além do aumento significativo das despesas em I&D, em Portugal haverá que promover medidas que conduzam efectivamente a uma melhor articulação entre as instituições de investigação e as empresas e que incentivem a internacionalização das actividades de I&D portuguesas, pois a velocidade de difusão da inovação pela economia é crítica para a melhoria da produtividade e crescimento económico.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

* Valores estimados



I&D E INOVAÇÃO

■ DESPESAS PÚBLICAS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D)

Definição

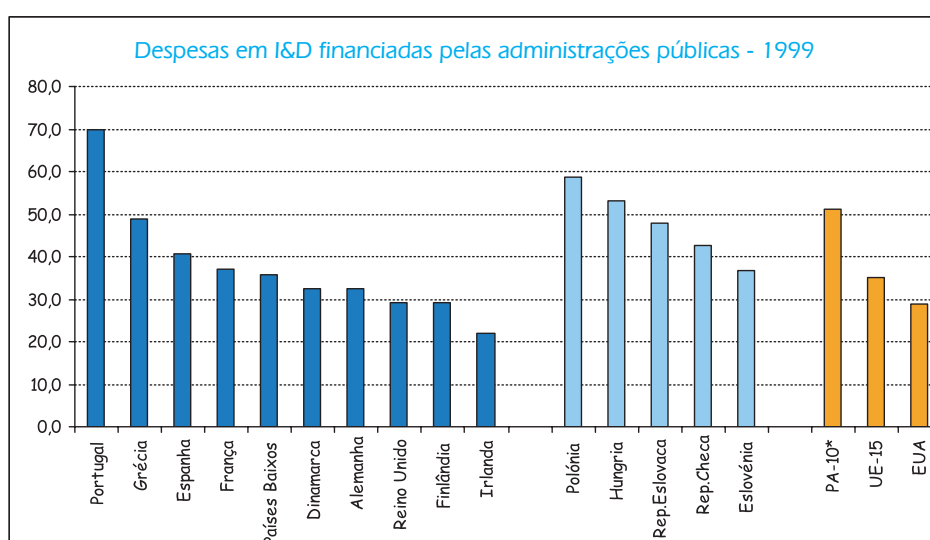
Despesas em I&D financiadas pelas administrações públicas em percentagem das despesas totais em I&D.

Enquadramento

Portugal é, de entre todos os países considerados, aquele em que o financiamento da I&D pelas administrações públicas assume maior importância no total das despesas em I&D (70%).

Objectivos

Aumentar as despesas públicas em I&D para níveis que, conjugados com um maior investimento em sector privado, conduza ao objectivo referido para o crescimento das despesas totais em I&D.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

* Valores estimados



I&D E INOVAÇÃO

DESPESAS PRIVADAS EM I&D (INDÚSTRIA)

Definição

Despesas em Investigação e Desenvolvimento (I&D) financiadas pelo sector privado (indústria) em percentagem das despesas totais em I&D.

Enquadramento

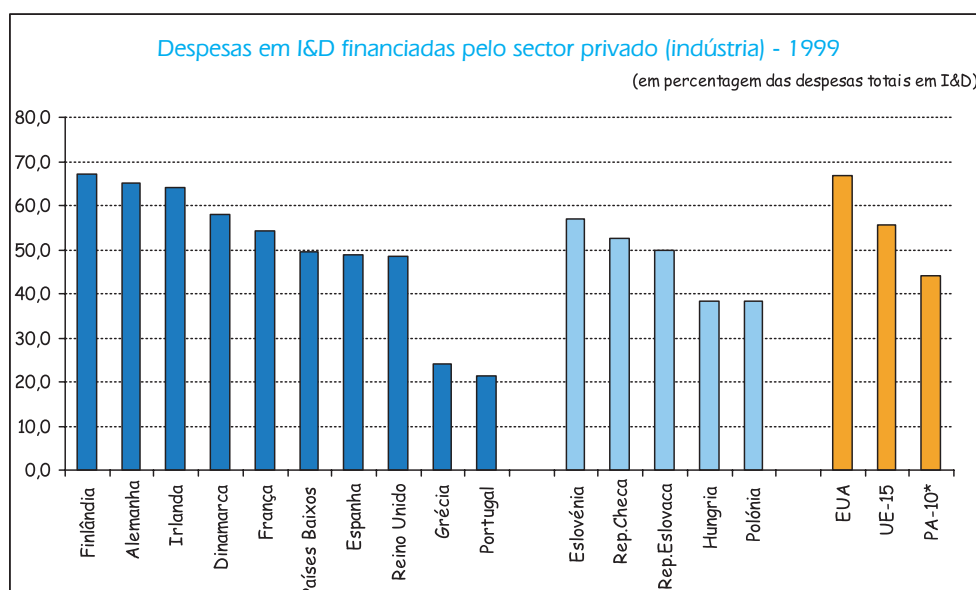
Portugal é, de entre todos os países considerados, aquele em que a participação das empresas nas despesas de I&D é menor, apesar do significativo crescimento recente (28% em termos médios anuais, entre 1999 e 2001).

De notar que o tipo de estrutura industrial influencia o nível de investimento privado em I&D, sendo notório o peso relativamente baixo na actual estrutura produtiva portuguesa de sectores com maior capacidade de I&D.

Objectivos

Manter o crescimento médio registado no período 99/2001 na I&D nas empresas, através de estratégias empresariais com maior incidência na concepção e criação de novos processos e produtos, que devem ser conjugadas com medidas incentivadoras do aumento das competências técnicas e científicas dos recursos humanos nas empresas.

Dar forte ênfase às políticas de captação de investimento estrangeiro em áreas de actividade com maior incorporação de I&D e de localização de centros de investigação e desenvolvimento de empresas.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

* Valores estimados



I&D E INOVAÇÃO

PATENTES EUROPEIAS

Definição

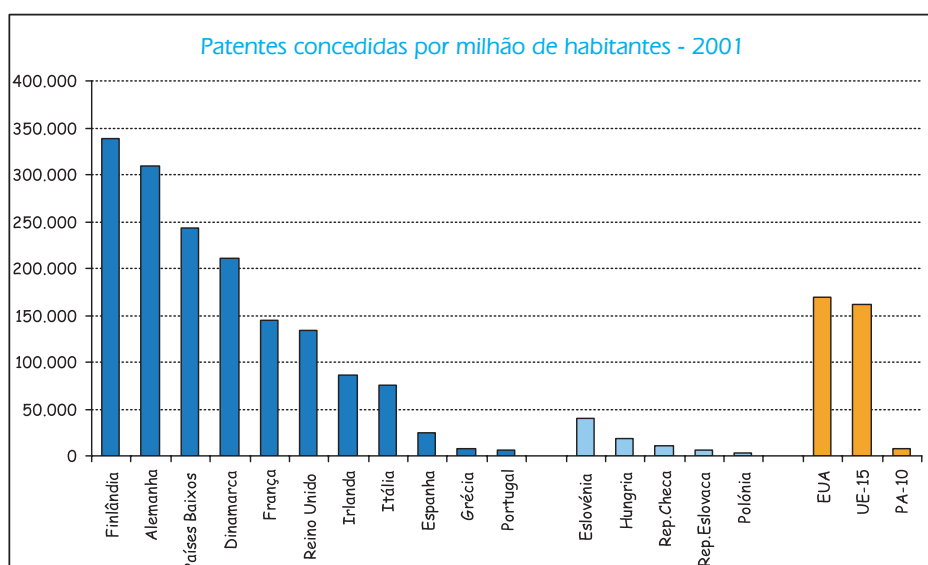
Número de pedidos de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes por milhão de habitantes.

Enquadramento

Portugal, apesar de ter registado um crescimento significativo entre 1998 e 2001, continua a ser o país com pior posicionamento no conjunto da UE-15 nesta matéria, com um resultado apenas comparável com a Grécia. De notar que o valor deste indicador em Portugal é inferior ou igual ao registado pelos países em fase de adesão à UE considerados, com excepção da Polónia.

Objectivos

Um aumento significativo dos níveis de registo de patentes por parte das entidades residentes em Portugal dependerá sobretudo da evolução do investimento em I&D. A informação disponível aponta, no entanto, para que na actual situação o número de registos de patentes devesse ser superior, pelo que é necessário implementar medidas, nomeadamente ao nível da redução de custos, que promovam o registo de patentes. Igualmente, deverão ser desenvolvidas acções de sensibilização para a importância dos direitos de propriedade industrial ao nível das estratégias das empresas.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

* Valores estimados



PRODUTIVIDADE

PRODUTIVIDADE POR PESSOA EMPREGADA, 2002

Definição

PIB, em paridades de poder de compra, por pessoa empregada, comparando com a média da UE15.

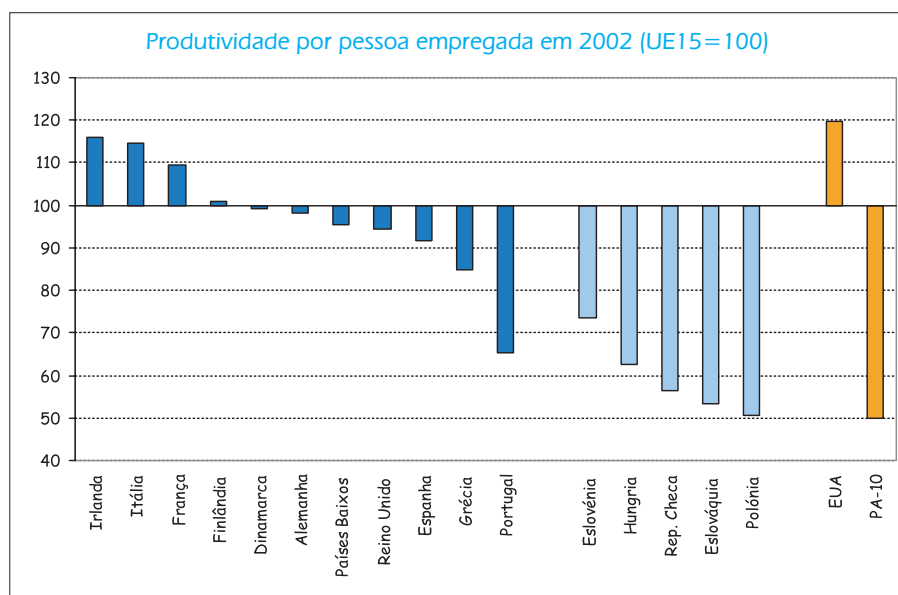
Enquadramento

A produtividade do trabalho em Portugal vista em relação à média da UE15, seja medida por empregado ou por hora trabalhada era, em 2002, a mais baixa dos países comunitários considerados, encontrando-se praticamente ao mesmo nível da Hungria e abaixo da Eslovénia. Entre 1995 e 2002 a produtividade por pessoa empregada aumentou 4 p.p. em relação à média da UE, valor que, sendo superior ao registado em Espanha, ficou muito aquém do verificado na Grécia e Irlanda.

Objectivos

Ritmos de crescimento elevados do PIB passam pela obtenção de crescimentos significativos na produtividade. Neste sentido, as empresas nas suas estratégias devem dar prioridade a acções em matéria de organização, investimento corpóreo e incorpóreo, desenvolvimento tecnológico... no sentido da obtenção de ganhos de produtividade.

As políticas públicas devem orientar as medidas de apoio e incentivo para o mesmo objectivo, nomeadamente no que respeita à qualificação de recursos humanos, a um melhor enquadramento da actividade empresarial, fiscalidade, justiça, etc.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003



PRODUTIVIDADE

■ VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO, 1995/2002

Definição

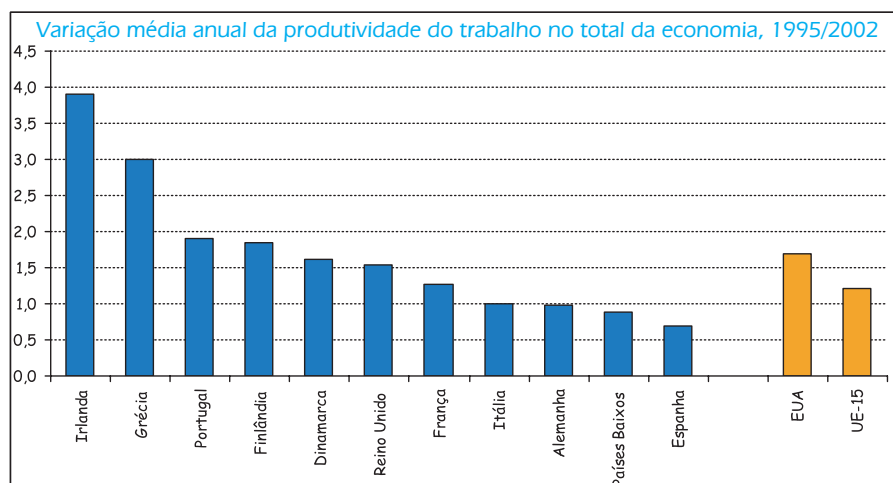
Taxa média anual de variação do PIB por pessoa empregada, entre os anos de 1995 e 2002, no total da economia.

Enquadramento

Portugal registou, no conjunto dos países da UE considerados, a 3º maior taxa de crescimento da produtividade do trabalho no período 1995-2002. Apesar deste facto, o ritmo de crescimento da produtividade foi fraco, considerando tratar-se de uma economia que tem como objectivo a convergência real com a média da UE. De notar os elevados crescimentos registados na Irlanda e na Grécia.

Objectivos

Alcançar, no período 2004-2010, o maior ritmo de crescimento da produtividade da UE15.



Fonte: CE, Previsões da Primavera, Abril de 2003



Indicadores de Output



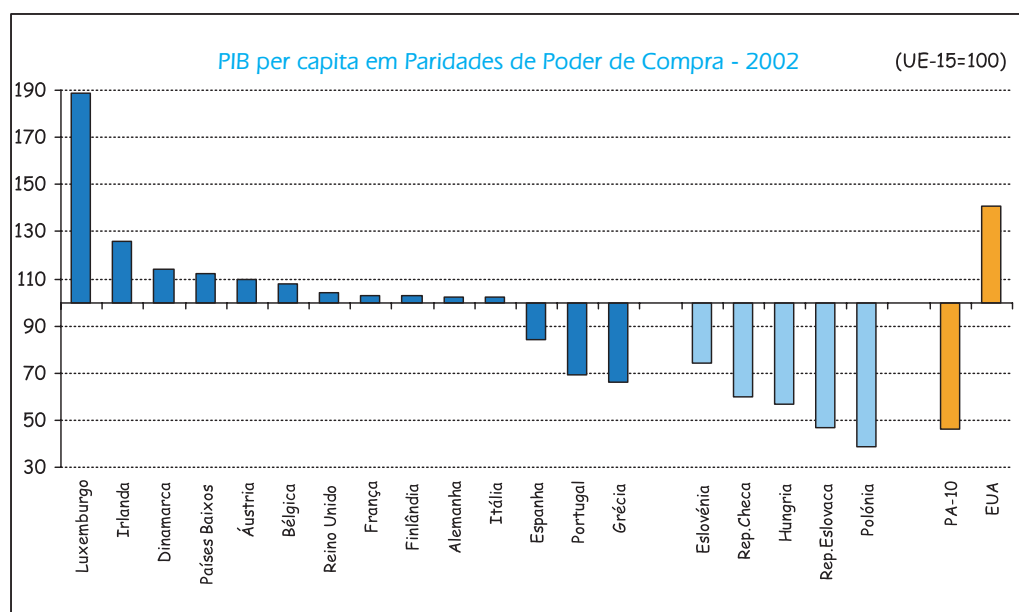
■ PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA

Definição

Produto Interno Bruto por habitante, avaliado em paridades de poder de compra, relativamente à média da União Europeia (UE-15= 100).

Enquadramento

Em 2002, o PIB per capita português, em paridades de poder de compra, era de 69% da média da UE-15. Entre os países da UE, apenas a Grécia registava um valor inferior. De salientar que apesar de Portugal, no período 98-2002, registar um crescimento do PIB ligeiramente superior ao da UE, o processo de convergência em termos de rendimento per capita, em paridades de poder de compra, foi interrompido neste período.



Fonte: Eurostat, Estatísticas em focus, 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE



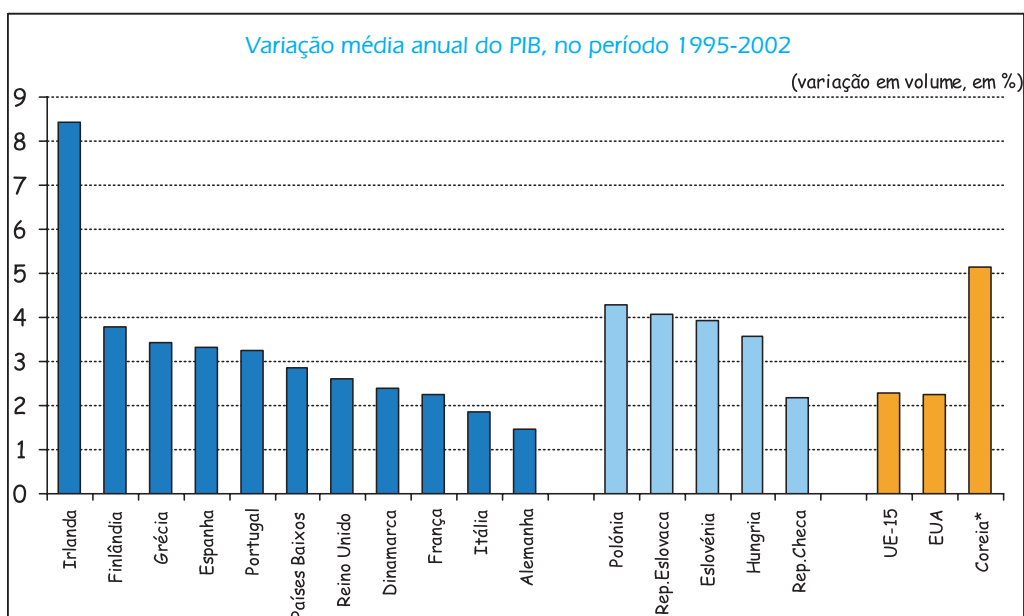
■ PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), 1995/2002

Definição

Taxa média anual da variação, em volume, do PIB entre os anos de 1995 e 2002.

Enquadramento

Portugal, entre 1995 e 2002, cresceu em termos reais a uma taxa média anual de 3,3%. No mesmo período, a UE-15 teve um crescimento médio anual de 2,3%. Portugal registou neste período um crescimento médio inferior ao verificado nos restantes países da Coesão – Irlanda, Grécia e Espanha.



Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

* OCDE, Economic Outlook, Abril 2003



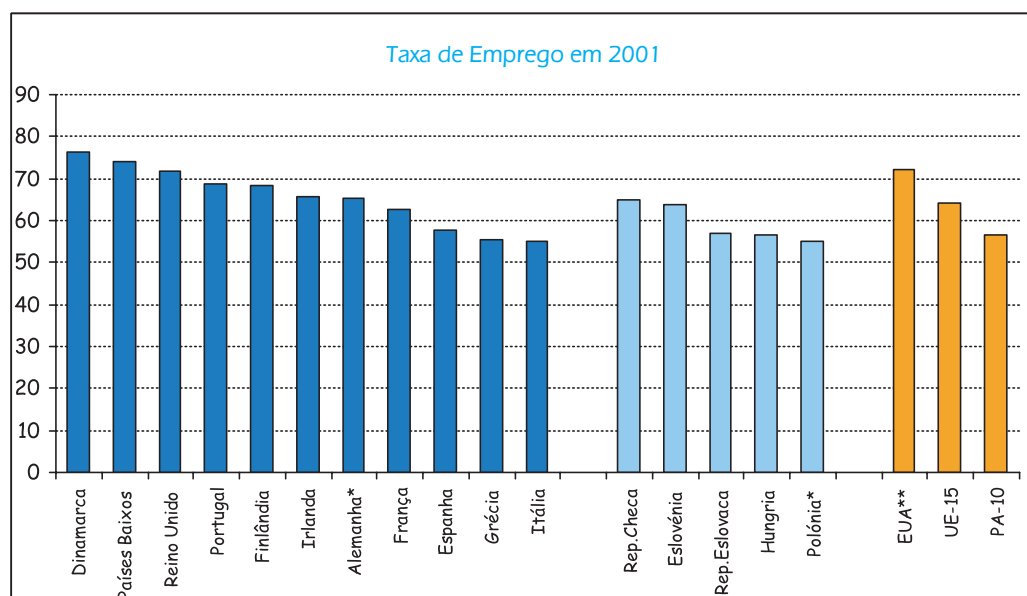
■ TAXA DE EMPREGO

Definição

Relação, em percentagem, entre o número de pessoas empregadas com idade entre os 15 e os 64 anos e a população total no mesmo escalão etário.

Enquadramento

Portugal tem uma das taxas de emprego mais elevadas no grupo dos países da UE considerados, situação que contrasta com a Espanha, Grécia e Itália que apresentam as mais baixas taxas de emprego da UE. A “Estratégia de Lisboa” fixa como objectivo para 2005 uma taxa de emprego de 67% que deverá evoluir para 70% em 2010. Em 2001, Portugal tinha uma taxa de emprego acima da meta traçada para 2005 e próxima do objectivo para 2010.



Fonte: Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

* 2000

** OCDE, Economic Outlook, Abril 2003



■ CRIAÇÃO DE EMPREGO, 1995/2002

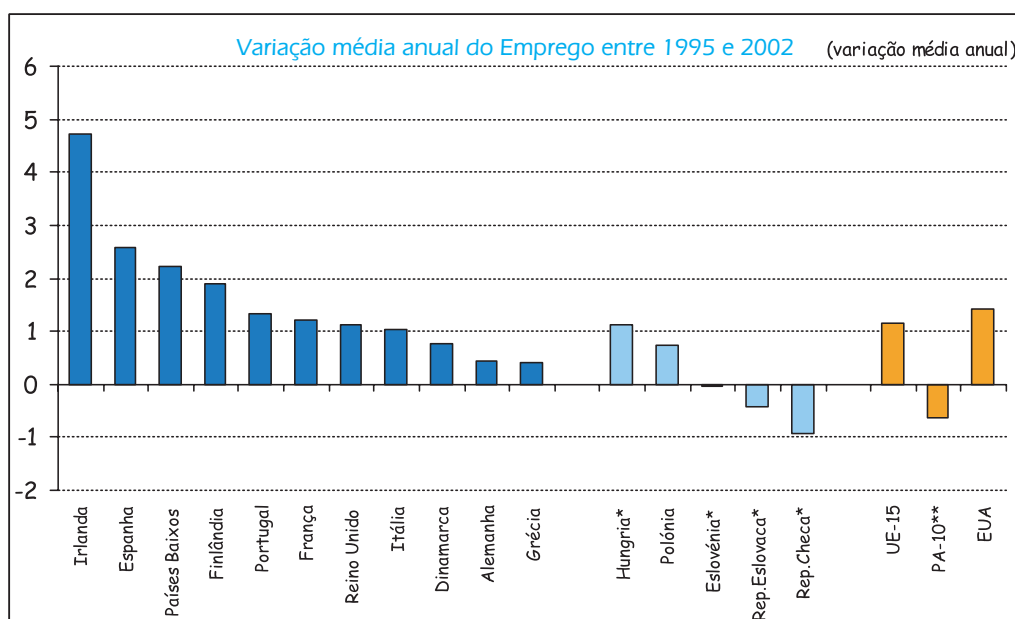
Definição

Variação média anual do emprego, no período 1995-2002.

Enquadramento

Entre 1995 e 2002, em Portugal o volume de emprego cresceu a uma taxa média anual de 1,3%, um pouco acima do crescimento médio da UE-15 (1,1%).

A Irlanda (4,7%), a Espanha (2,6%), os Países Baixos (2,2%) e a Finlândia (1,9%) foram, entre os países em análise, os que tiveram um melhor desempenho do que Portugal, neste período.



Fonte: CE, Previsões de Primavera, Abril de 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

Eurostat, Indicadores Estruturais, Março 2003

*1996-2002

**1998-2002



■ TAXA DE DESEMPREGO

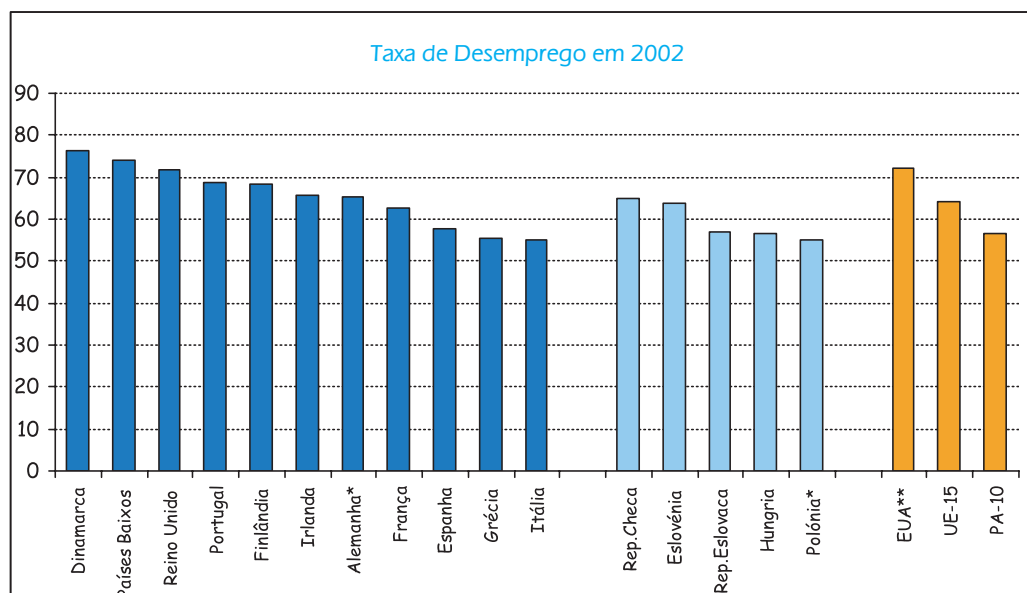
Definição

Rácio entre a população desempregada e a população activa (população com mais de 15 anos disponível para trabalhar).

Enquadramento

Portugal tem registado nos últimos anos baixas taxas de desemprego, situando-se entre o grupo de países da UE com melhor desempenho nesta matéria.

De notar que são as grandes economias da UE (Alemanha, França, Itália e Espanha) que apresentam taxas de desemprego mais elevadas.



Fonte: Indicadores Estruturais, Março 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE



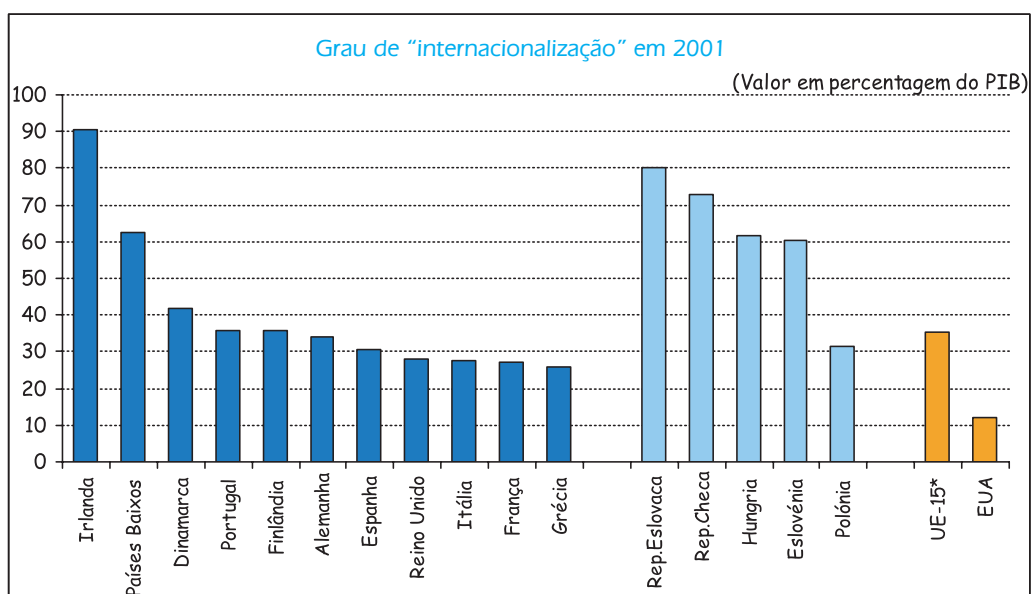
■ GRAU DE “INTERNACIONALIZAÇÃO”

Definição

Média simples entre o peso das exportações e o peso das importações de bens e serviços no PIB, a preços correntes.

Enquadramento

Portugal apresenta para este indicador um valor (36%) relativamente baixo, atendendo a que se trata de uma pequena economia inserida num espaço económico alargado. Tipicamente, as economias de maior dimensão tendem a ter valores baixos neste indicador. Acresce que, entre 1995 e 2001, a variação deste indicador (+3 p.p.) teve como base o aumento do peso das importações no PIB, tendo o peso das exportações crescido apenas marginalmente neste período.



Fonte: CE, Previsões de Primavera, Abril de 2003

PA-10 – Países em fase de adesão à UE

*Exclui as trocas intra-comunitárias



AGRADECIMENTO

O Presidente da AIP, Jorge Rocha de Matos, expressa o seu louvor e agradecimento ao coordenador deste trabalho, Jaime Lacerda, e aos restantes Vice-Presidentes da Direcção Institucional, nomeadamente, António Brito da Silva, António Mexia, Artur Pais, Henrique Neto, Miguel Horta e Costa, Vitor Neto, e aos demais intervenientes, dentro e fora da AIP, pelo seu valioso estímulo e contributo (António Alfaiate, José Veiga Simão, Ângelo Nelson de Souza, Rui Madaleno e André Magrinho)

Julho de 2003

